

FABIANE MARI ALVES HIGASHI

**O PATRIMONIO HISTÓRICO-CULTURAL DA IMIGRAÇÃO JAPONESA EM
REGISTRO-SP: POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO TURÍSTICA**

PONTA GROSSA

2008

FABIANE MARI ALVES HIGASHI

**O PATRIMONIO HISTÓRICO-CULTURAL DA IMIGRAÇÃO JAPONESA EM
REGISTRO-SP: POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO TURÍSTICA**

Trabalho de conclusão de Curso, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Turismo do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof^o Ms. Carlos Alberto Maio

PONTA GROSSA

2008

“Este trabalho dedico aos meus pais: Minha mãe que sempre está ao meu lado, torcendo por mim, não poupando esforços para me ver feliz, com sua dedicação, amor e carinho.

E ao meu pai, ele mesmo um imigrante japonês, exemplo de força, luta e superação, que com seu amor, força e exemplo me dá coragem para vencer qualquer obstáculo na vida.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças, perseverança e disposição para realizar este trabalho, se cheguei até aqui foi em primeiro lugar graças à ti e mais uma vez obrigada por estar sempre me abençoando em todas as etapas da minha vida.

À minha família, minha irmã gêmea Francine, por estar por perto torcendo por mim, minha avó Dona Ulesina L. Alves, sempre com seu exemplo de fé e bondade, meus tios e tias que apesar de algumas distâncias, estão sempre acompanhando minha vida e torcendo por mim: Myoko Higashi, Soraia Alves e Silva e Clovis L. Alves.

Às amigadas: minha prima Priscila Alves, meus amigos de infância Rodrigo Gonçalves Pereira, Vitor Dayan Barbosa, Antonio L. O. Netto, Simone de Lima, Erick Fukazawa e William Matsumura, meus primos Dener Antoni e Ítalo C. A. e Silva. Às amigadas conquistadas em Ponta Grossa: Nicole K. Delgado, Célia Chagas, Mallany Molina e as colegas de sala, Bruna Rangel e Ana Karolina M. Hirose.

Ao meu professor orientador e amigo, professor Carlos Alberto Maio, sempre serei agradecida por sua dedicação, paciência e acreditar na minha realização desse trabalho. Aos professores do curso de turismo, em especial à Márcia Droppa e Luis Fernando Souza.

À todas as pessoas que contribuíram para a realização desse trabalho ou se colocaram à disposição para qualquer eventual ajuda: o historiador Roberto Fortes, a Maria Cristina Moreira e Nilton J. Hirota, ao diretor de departamento de turismo, Ricardo Ozaki (Totito), ao dentista Dr. Fábio Omuro, a Manoel Chikaoka, Odete Fukazawa, Regina Martins, à funcionária do Memorial da Imigração Japonesa Vale do Ribeira, Carolina das Neves Ferreira; a funcionária do Posto de Informação Turística de Registro, Cíntia Martins, e a duas pessoas que muito colaboraram e me encantaram com suas histórias de vida, avôs de dois grandes amigos meus: Sr. Paulo Fukazawa e Sr. Massakazu Matsumura. Muito obrigada de coração, à todos.

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOS.....	v
LISTA DE MAPAS.....	vi
RESUMO.....	vii
INTRODUÇÃO.....	01
CAPITULO I.....	03
1.1 Turismo e Segmentação	03
1.2 Turismo Cultural e Turismo étnico.....	06
1.3 Caracterização Geográfica e Histórica de Registro-SP.....	12
1.4 Imigração Japonesa ao Brasil.....	15
1.5 Imigração Japonesa no Vale do Ribeira.....	27
1.6 Introdução do chá preto Indiano.....	36
1.7 A primeira construção religiosa dos japoneses ao Brasil.....	38
1.8 A construção da Igreja Católica.....	41
1.9 O Beisebol e o primeiro clube de Registro-SP.....	42
1.10 Introdução do Junco.....	44
CAPITULO II	46
2.1 Legado Cultural da colônia em Registro-SP.....	46
2.2 Patrimônio Histórico e Cultural: Praça Beira Rio e KKKK.....	49
2.3 Monumentos ligados a colônia e templo budista.....	52
2.4 Igreja Católica.....	54
2.5 Igreja de Todos os Santos de Manga Larga.....	55
2.6 Registro Base Ball Clube.....	57
2.7 Posto de Informação Turística.....	57
2.8 Associação Cultural Nipo-Brasileira de Registro-SP.....	58
2.9 Praça Nakatsugawa.....	60
2.10 Chá Ribeira.....	61
2.11 Junco.....	63
2.12 Eventos ligados à colônia japonesa.....	64
2.13 A presença da colônia no comércio.....	67
CAPITULO III.....	72
3.1 Centenário da Imigração Japonesa	72
3.2 A Sociedade Nikkei ao longo dos cem anos.....	74
3.3 Comemoração do Centenário da Imigração.....	77

3.4 A criação do bicho-da-seda em Registro.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87

LISTA DE FOTOS

FOTO 01: NAVIO KASATO MARU.....	15
FOTO 02: PROPAGANDA DE IMIGRAÇÃO NO JAPÃO.....	18
FOTO 03: IMIGRANTES JAPONESES NAS LAVOURAS DE CAFÉ.....	22
FOTO 04: IMIGRANTES DESBRAVANDO A MATA.....	30
FOTO 05: CHEGADA DOS IMIGRANTES AO PORTO DE REGISTRO.....	31
FOTO 06: A ANTIGA KKKK.....	33
FOTO 07: REV. IÇO EM FRENTE A IGREJA DE MANGA LARGA.....	40
FOTO 08: CONSTRUÇÃO DA IGREJA CATÓLICA DE REGISTRO.....	42
FOTO 09: JUSCELINO JUBITSCHK EM REGISTRO, INAUGURAÇÃO BR-116..	44
FOTO 10: PLANTAÇÃO DE JUNCO.....	45
FOTO 11: ÁRVORE GUARACÚ DE REGISTRO.....	49
FOTO 12: MONUMENTO FLOR DE GUARACÚ.....	50
FOTO 13: COMPLEXO DE EDUCAÇÃO E CULTURA KKKK.....	51
FOTO 14: PORTAL TOORI.....	52
FOTO 15: MONUMENTOS EM HOMENAGEM E CONSOLO AS ALMAS DAS VITIMAS DO RIO RIBEIRA.....	53
FOTO 16: TEMPLO BUDISTA HONPA HONGANJI DE REGISTRO.....	53
FOTO 17: ATUAL IGREJA DE MANGA LARGA.....	56
FOTO 18: POSTO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA.....	58
FOTO 19: ASSOCIAÇÃO CULTURAL NIPO-BRASILEIRA DE REGISTRO.....	59
FOTO 20: PRAÇA NAKATSUGAWA.....	61
FOTO 21: RICARDO OKAMOTO E A PLANTAÇÃO DAS 100 SEMENTES TRAZIDAS POR SEU AVÔ.....	62
FOTO 22:FESTA BOM ODORI.....	64
FOTO 23: TOORU NAGASHI.....	65
FOTO 24: INAUGURAÇÃO DO OBELISCO DA INTEGRAÇÃO EM REGISTRO..	79

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: MAPA DO VALE DO RIBEIRA.....	12
MAPA 02: REDE FERROVIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	68

RESUMO

O Município de Registro, localizado no Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, tem como uma das suas maiores características a presença da imigração japonesa. Aspectos da cultura nipônica continuam significativos na cidade, bem como no seu patrimônio histórico. Com a análise do levantamento histórico-cultural da imigração japonesa no município de Registro, nota-se que a cidade possui potencial para desenvolver o turismo cultural, podendo contribuir para atrair visitantes e para a população local valorizar seu patrimônio. A proposta para que a cidade almeje esse ideal é demonstrar o referido potencial, e que ações possam ser executadas em prol de um planejamento turístico na cidade, focado na imigração japonesa.

Palavras-chave: imigração, imigração japonesa, turismo, turismo cultural.

INTRODUÇÃO

Devido ao fato de no início do século XX, a cidade de Registro ter sediado uma das maiores colônias japonesas no estado de São Paulo, e tendo como base a hipótese que o município apresente elementos tanto culturais como históricos, significativos da colônia japonesa na cidade, esse estudo teve como objetivo geral conhecer o patrimônio histórico-cultural da imigração japonesa em Registro, como possibilidade de otimização turística na localidade. O fato de vivenciarmos a globalização, uma localidade que manifeste sua cultura ainda preservada, surge como um diferencial, podendo agregar valor turístico.

A pesquisa realizada foi a discursiva analítica sobre a imigração japonesa no Brasil e Vale do Ribeira. Para atingir os objetivos propostos, foi utilizada a técnica de depoimentos orais, análise macro-ambiental da imigração no local estudado, levantamento histórico e iconográfico sobre a imigração japonesa no Vale do Ribeira assim como a participação durante os festejos do Centenário na cidade de Registro.

A pesquisa teve início com levantamento bibliográfico acerca do turismo que é realizado através do interesse pela cultura de uma etnia, o turismo cultural.

Após essa etapa buscou-se entender o motivo da saída de imigrantes do Japão, e o contexto social e econômico através da história. Foi realizado um levantamento bibliográfico inclusive da Imigração no Vale do Ribeira, tendo como auxílio, um estudo do ano de 1928, em que estão registrados fatos acerca de vários aspectos das colônias do Vale do Ribeira.

A etapa seguinte foi fazer um levantamento de todo o patrimônio da imigração presente na cidade de Registro: Prédios, museus, feiras, eventos, religiosidade, entre outros.

A última etapa foi pesquisar o que está acontecendo em razão da comemoração do centenário da imigração japonesa no Vale do Ribeira e o que pode ser agregado para o turismo.

A pesquisa esta dividida em três capítulos. No primeiro, procurou-se evidenciar o que é turismo, suas segmentações e demonstrar o que significa o turismo cultural. É no primeiro capítulo que está inserido a história da Imigração Japonesa no Brasil e Vale do Ribeira.

No capítulo II, apresenta as edificações, praças, o patrimônio material da imigração japonesa e suas tradições presentes nos eventos do município, em síntese os elementos a serem utilizados na atividade turística.

O último capítulo explana o Centenário da Imigração, e os acontecimentos que levaram através dessa data, para o município de Registro.

As entrevistas também tiveram participação significativa na pesquisa, uma vez que foram entrevistados pessoas que fazem parte da história da imigração japonesa não só para o Vale do Ribeira, como para o Brasil.

Ao demonstrar a história e cultura presente em Registro, o presente trabalho pretende contribuir para que o patrimônio histórico-cultural da cidade seja reconhecido, e possa ser utilizado para o desenvolvimento do turismo na região, da forma mais sustentável possível.

CAPÍTULO I

1.1 TURISMO E SEGMENTAÇÃO

O Turismo é uma atividade social que vai além do deslocamento de pessoas, envolve antes de tudo turistas e comunidade receptora. Trata-se de uma atividade complexa devido a sua multidisciplinariedade. Sabe-se que a atividade como a conhecemos hoje, teve seu início juntamente com o nascimento de uma nova sociedade: a do capitalismo organizado.

Essa nova era surge a partir do século XVII com as transformações sociais, políticas e fenômenos na Europa Moderna. Com o advento da Revolução Industrial, os operários já não mais eram obrigados a trabalharem horas seguidas e exaustivas. Surgem novas leis trabalhistas, tendo o trabalhador direito a férias, horas mais controladas de trabalho por dia, remuneração mais coerente. Surge então o conceito de lazer, o tempo livre, as horas de descanso. “Enquanto na sociedade não houve a separação entre a casa e o trabalho, o conceito de lazer não existiu”. (BARRETO, 1995, p.49).

Entretanto é difícil determinar um marco oficial do turismo, pois o homem sempre viajou por motivos como invasões, guerras, descobrimentos, conquistas, interesses religiosos. Rejowski et al (2002) escrevem que com a criação da moeda, os fenícios realizaram viagens por motivos econômicos e os gregos na antiguidade clássica, realizaram viagens devido a espetáculos, festas, religião, saúde e os jogos olímpicos.

O século XVII, na chamada época Renascentista, com a expansão da agricultura, comércio, dos negócios, a aristocracia então passou a passear pelas cidades européias, afim de conhecer a cultura clássica greco-romana, para assim adquirir conhecimentos, através de novas culturas. Essas viagens ficaram conhecidas como Grand Tour.

Mas como já citado, a Revolução Industrial que proporcionou uma brusca mudança

nas relações sociais. As viagens tornaram-se mais fáceis, devido à fase de desenvolvimento de motores a vapor e sua utilização em navios, ferrovias, tornando dessa maneira, um marco nos meios de transporte, havendo a troca das carruagens pelas locomotivas. E é nessa fase segundo Barreto (1995) que a natureza, antes vista como algo a ser domesticado, algo selvagem, passa a partir do século XIX, a ser vista como algo a ser preservado, nota-se sobretudo a sua fragilidade. E é a partir desse novo momento, que o turismo passa a ser educativo, com interesse cultural.

Alguns autores como Lage; Milone (2000) indicam que o início do turismo data de 1840, devido ao início das primeiras atividades turísticas realizadas por Thomas Cook, um pregador batista que com o intuito de afastar os fiéis de vícios como o álcool, organizou viagens de trem pelo interior da Inglaterra, em plena Revolução Industrial, promovendo contato mais próximo com a natureza e à revalorização de sentimentos como a tolerância e o companheirismo, obtendo grande sucesso neste empreendimento.

O turismo é e vem se constituindo em um conhecimento científico, e a constituição de sua base teórica é um processo que ainda está sendo formulada, na visão de Marutscha Moech (2000, p.09):

“o turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais”.

Analisando esse contexto, entende-se que os elementos referentes a cultura e história da comunidade receptora podem ser grandes atrativos para o produto turístico, uma vez que, um país como o Brasil é caracterizado por uma abrangente diversidade étnica, cultural, climática em todo o seu território, marcando diferenças relevantes no modo de vestir, falar, e até mesmo de se comportar, em duas regiões distintas, embora pertencentes ao mesmo país. Outrossim, nota-se que o Brasil oferece destinos turísticos diversos com produtos diferenciados, enquanto um local oferece turismo de aventura, como Santos-SP por exemplo,

em que é possível saltar de parapente, São Paulo é a maior capital do turismo de negócios. Toda essa dinamicidade do turismo, faz com que, para fins de planejamento, gestão, mercado, segundo diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Turismo, o turismo esteja organizado através de uma segmentação, facilitando a identificação dos grupos de consumidores, estes caracterizados pelos fatores determinantes de compra, preferências, motivos de viagem e outras especificidades.

“ao segmentar o mercado estamos identificando compradores com comportamentos de compra homogêneos quanto aos gostos e preferências. Ele é constituído por pessoas que são individuais nas suas preferências, necessidades, gestos e idiossincrasias. Para segmentá-lo é preciso conhecer, por meio de pesquisas, as necessidades dos consumidores alvo, bem como suas atitudes e comportamentos mais usuais de compra”. (ANSARAH,1999, p.16)

Muitos consumidores do produto turístico não desejam viajar com a programação generalizada, querem algo mais personalizando e direcionado, como ressalta Marília Ansarah (1999), para tanto é necessário segmentar o mercado turístico, assim cada destinação ou empresa ligada ao trade turístico pode adotar suas linhas de marketing e concentrar seus esforços sem a preocupação com as diferenças existentes entre os consumidores, pois cada demanda é caracterizada por determinado perfil, como pode ser visto na Tabela 1: Formas de Segmentar o mercado.

MODALIDADE	CRITÉRIOS
GEOGRÁFICA	Extensão do mercado, potencial, concentração geográfica, transporte e acesso, polarização, bairros e ruas, tráfego e centro de compras.
DEMOGRÁFICA	Idade, sexo, domicílio, família, ciclo de vida (jovem, adulto, idoso).
SOCIOECONÔMICA	Classe de renda, instrução, ocupação, status, migração, mobilidade social.
PADRÕES DE CONSUMO	Frequência de compra, local de compra, lealdade a marcas, <i>heavy of light user</i> , curva ABC.
BENEFÍCIOS PROCURADOS	Satisfação sensorial, prestígio social, emulação – preço favorável, qualidade/durabilidade, redução de custos, atendimentos e serviços.
ESTILO DE VIDA	Expectativa de vida, uso do tempo, interesses predominantes, participação em eventos e agrupamentos sociais, uso do dinheiro, amizades e relações pessoais.
PERSONALIDADE	Bases culturais, atitudes e valores, liderança, agentes de mudança.

CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA	Setor de atividade, tamanho das empresas, atuação de concorrentes, acessibilidade, uso e aplicações, unidade de decisão de compra, demanda derivada.
--------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Ansarah (1999, p.25) apud Pimenta e Richers (1991).

Podemos destacar como exemplo, o turismo cultural, que possui de acordo com BATISTA (2005, p.31) a seguinte demanda:

“o público específico da segmentação no setor do turismo cultural é motivado por características próprias peculiares, como: nível de escolaridade mais elevado. A grande maioria tem curso superior, fala ou compreende outra língua, etc. São indivíduos que ao satisfazerem suas necessidades mais elementares e vitais (alimentação, vestuário, habitação), buscam escala superiores de satisfação (melhoria qualitativa dos elementos vitais e educação, lazer, viagens, etc)”.

O Ministério do Turismo segmentou a atividade na seguinte forma: Ecoturismo, turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de pesca, turismo náutico, turismo de aventura, turismo de negócios e eventos, turismo rural e turismo de saúde.

1.2 TURISMO CULTURAL E TURISMO ÉTNICO

Dentre essas segmentações, o segmento denominado turismo cultural vem sendo debatido há anos pela Academia, Ministério da Cultura e Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo, que culminou em parcerias (Ministério da Cultura e Embratur), principalmente na década de 90, sem que o marco conceitual de turismo tivesse sido oficialmente estabelecido. Segundo o Ministério do Turismo: “A delimitação da abrangência do recorte conceitual de turismo e cultura é condição primordial para o direcionamento das políticas públicas integradas entre esses dois setores” (BRASIL, 2006, p.13).

Pelas diretrizes do Ministério do Turismo com relação ao turismo e a cultura, pode-se notar a constante inter-relação entre ambos, afinal, todo deslocamento de pessoas resulta em contato humano, experiências novas e por mais que as pessoas realizem as diversas formas de turismo, o indivíduo quase sempre realiza algum contato humano local, podendo-se

concluir que todas as modalidades turísticas são culturais. Entretanto o segmento turismo cultural existe para classificar os turistas que se deslocam apenas por motivos culturais como folclore, manifestações, museus, patrimônio, gastronomia típica, entre outros.

O ser humano, no decorrer de toda história, movido talvez por curiosidade, sempre buscou conhecer novos costumes e realidades que fossem diferentes da sua e a cultura é uma interessante maneira de verificar a diferença entre os homens.

Atualmente, com a globalização, as pessoas são “induzidas” a uma padronização de costumes, atitudes, e com isso, muitas culturas tem sido esquecidas, como seus modos de vestir, cozinhar, falar, as tradições, entre outros.

Para Beni (2001, p.86) a cultura é “o conjunto de crenças, valores e técnicas para lidar com o meio ambiente, compartilhado entre os contemporâneos e transmitido de geração a geração”.

O turismo cultural surge indiretamente como um dos instrumentos para o resgate da cultura local, pois muitas vezes, quando a comunidade autóctone percebe que toda a sua cultura está sendo usada como atrativo turístico, ela passa a ser valorizada, pelos próprios, como cita Oliveira (2006, p.06):

“o turismo é um forte encorajador da consciência em relação ao ambiente e do senso de identidade cultural dos residentes. Esta questão pode ser observada pelo modo em que os visitantes desfrutam do patrimônio natural e cultural local, pois é comum que a população receptiva sinta seu orgulho renovado a medida que percebem que o visitante está participando e vivenciando cotidianamente a realidade local.”

Mas o que é especificamente turismo cultural? Dentre muitos autores que abordam essa temática, está a de Molleta, Barreto e Silberbeg:

“[...] visitação por pessoas de fora da comunidade receptora motivada no todo ou em parte por interesses em aspectos históricos, artísticos, científicos ou de estilo de vida e de herança oferecidos por uma comunidade, região, grupo ou instituição.”(SILBERBEG, 1995, p.361).

Para Vânia Molleta, turismo cultural é:

“turismo cultural é o acesso a esse patrimônio cultural, ou seja, à história, à cultura e o modo de viver de uma comunidade. Sendo assim, o turismo cultural,

não busca somente lazer, repouso e boa vida. Caracteriza-se também pela motivação do turista em conhecer regiões onde o seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, nas suas tradições e suas manifestações culturais, históricas e religiosas.” (MOLLETA, 1998, p.30)

E para Margarita Barreto:

“todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange.” (BARRETO, 2000, p.20).

A partir das definições apresentadas acima pode-se considerar o turismo cultural como a atividade que tem como atrativo principal a oferta cultural, que são os bens materiais e imateriais realizados pelo homem. Pelos três conceitos acima citados entende-se dentre eles a história, as tradições e as manifestações culturais são apresentados como atrativo, porém para que esses atrativos possam ser utilizado na atividade turística, é de suma importância, segundo Batista (2005), o resgate da memória. Ela é um elemento constituinte do sentimento de identidade, seja individual ou coletiva. É através da memória, que é possível a construção de uma identidade consistente. “Surge aí a resistência de grupos que não querem esquecer suas memórias, pelo contrário, querem preservá-las, para que as futuras gerações saibam dos acontecimentos por ali passados.” (BATISTA, 2005, p.29).

Baseando-se nessa inter-relação entre memória e identidade Wehling (2003, p.29) afirma que:

“a memória do grupo sendo a marca ou sinal de sua cultura, possui algumas evidências bastante concretas. A primeira e mais penetrante dessas finalidades é a da própria identidade. A memória do grupo baseia-se essencialmente na afirmação de sua identidade.”

A identidade cultural e a memória reforçam-se constantemente, é através da memória que a identidade cultural de um povo se mantém viva, mas para isso é necessário a preservação da cultura, suas manifestações artísticas e culturais, entre outros.

Todos os recursos culturais de uma comunidade podem ser viabilizados para o segmento turismo cultural, que abrange muitas manifestações, como PIRES (2005) ressalta que aldeias, povoados remotos, núcleos coloniais, rotas e travessias antigas ou históricas,

manifestações étnicas, são de origem cultural podendo acarretar valorização turística para municípios que estão despertando para o turismo.

Também para as diretrizes do Ministério do Turismo, dentro do turismo cultural está o turismo étnico, que “constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos.” (BRASIL, 2006, p. 17). Dessa maneira, entende-se um contato próximo com a comunidade receptora, participar das suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes. Com a “padronização” dos costumes, influenciada pela globalização, grande parte da demanda desse segmento, busca no turismo étnico, uma busca pelas próprias origens, em um maior contato com a cultura e as tradições dos seus antepassados.

“o turismo étnico envolve as comunidades representativas dos processos migratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus aspectos étnicos como valores norteadores em seu modo de vida, saberes e fazeres.” (BRASIL, 2006, p.18).

Quando uma região planeja a atividade turística usando os recursos naturais de uma etnia presente no local, entende-se que é uma tentativa de desenvolver o turismo étnico. No livro *Análise Estrutural do Turismo*, Beni o classifica como étnico-histórico-cultural:

“refere-se ao fluxo de turistas nacionais e internacionais que se deslocam centrados na motivação de suas origens étnicas locais e regionais, e também no legado histórico-cultural de sua ascendência em comum. Incluem-se aí ainda aqueles que se deslocam com objetivos eminentemente antropológicos para conhecer in loco as características étnico-culturais daqueles povos que constituem o interesse de sua observação.” (BENI, 2001, p.425).

Beni enfatiza que o turismo étnico acontece quando os turistas vão em busca de suas origens étnicas, e também quando há pessoas interessadas em conhecer a cultura de alguma etnia, acontecendo, dessa forma, o turismo étnico.

Esse tipo de turismo, de acordo com Bockor (2004) baseado no patrimônio histórico-cultural de uma etnia, pode ser desenvolvido em municípios que possuem referências culturais trazidos pelos imigrantes e ainda se encontram preservados.

Sendo assim, as peculiaridades e singularidades destas comunidades são cada vez mais valorizadas. A globalização faz com que as cidades tornem-se muito parecidas. Na corrida ao “progresso”, as cidades se aglomeram de prédios, grandes construções, poluidores visuais (propagandas, como os outdoors), poluidores ambientais (agentes industriais e químicos). Comunidades que possuem remanescentes culturais de imigrantes, possuem um diferencial, com relação ao turismo. O turista que vai consumir um produto turístico na área cultural, quando estiver na localidade desejada, provavelmente irá querer experimentar um prato típico do local ao invés de querer comer em um restaurante global, como o *McDonald's*.

No caso de cidades brasileiras, em que a presença de imigrantes é forte, há a possibilidade de tornarem-se atrativos turísticos. Podemos citar como exemplo, a cidade de Blumenau-SC, que possui grandes remanescentes da etnia alemã, trazida pelos imigrantes, como pode ser observado nesta cidade através da arquitetura, dos costumes e da Ocktoberfest – uma festa que além da população local, atrai cerca de um milhão de turistas a cada ano, segundo Ruschmman (1997).

O Brasil possui grande diversidade de etnias, que aqui se estabeleceram e hoje é parte da formação do território nacional, possuindo assim significativo potencial turístico na área cultural. Nota-se entretanto no país, pouca atenção na divulgação turística se compararmos com outros segmentos, principalmente os relacionados às áreas naturais. É possível aproveitar o patrimônio cultural de uma etnia para desenvolver o turismo, através do planejamento e potencializá-lo como produto turístico.

O planejamento turístico é essencial para que a atividade aconteça minimizando os seus impactos negativos e maximizando ao máximo os impactos positivos. É necessário que o planejamento local esteja de acordo com os anseios da comunidade receptora, como relata Morales (2001) apud Beni (1998): “o turismo nunca será bom para o turista, se não for antes

para a comunidade.”

O Planejamento deve estar aliado aos pressupostos de desenvolvimento sustentável, ou seja, “aquele que atende às necessidades dos turistas atuais sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras.”(RUSCHMMAN, 1997, p.10).

Aliar planejamento e sustentabilidade é sem duvida, fator condicionante ao processo de planejamento.

“pode-se dizer que o planejamento turístico é o processo que tem como finalidade, ordenar as ações humanas sobre uma localidade turística, bem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade. Constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade turística, determinando suas dimensões ideais para que, a partir daí, se possa estimular, regular ou restringir sua evolução.” (RUSCHMMAN,2004, p.65).

Ou seja, focar atenção ao turismo antes que este passe a causar transtornos para a comunidade receptora, ou qualquer outro impacto negativo, de forma que esses impactos sejam minimizados e conduzir a evolução da atividade, para que não aconteça o turismo sem sustentabilidade.

1.3 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DE REGISTRO

A cidade de Registro está localizada próximo ao litoral sul de São Paulo, na região do Vale do Ribeira. Está situada a 185 Km de sua capital, São Paulo, 177 Km de Santos-SP, e 220 Km da capital do Paraná, Curitiba. Possui uma área de 716 Km² e sua população consta em 53.369, de acordo com o censo do IBGE, no ano de 2007.

MAPA 01: MAPA DO VALE DO RIBEIRA



Fonte: www.setebarras.com.br

Possui altitude de 15 metros acima do nível do mar, temperatura média anual de 24 graus Celsius. Suas coordenadas são: Latitude 24' 20" e Longitude 47' 51".

O Vale do Ribeira possui os melhores e mais extensos remanescentes da Mata Atlântica na região Sudeste do Brasil, fato que lhe conferiu em 1999, o título de Patrimônio Histórico e Ambiental da Humanidade, concedido pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura¹.

A cidade é banhada pelo Rio Ribeira de Iguape e nas suas atividades econômicas destacam-se a agricultura, pecuária, indústria de beneficiamento e o comércio.

Pertencia a princípio à Iguape, foi elevado à Distrito com a denominação de Registro, por decreto número 6665, de 17 de dezembro de 1934, pelo município de Iguape. Emancipou-se de Iguape pelo Decreto-Lei número 14334, de 30 de novembro de 1944, dessa forma desmembrado de Iguape, Xiririca (atual Eldorado) e Miracatu. Sua instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1945, de acordo com informações obtidas no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A origem do nome da cidade, data do Brasil-colônia², em fins do século XVII e início do século XVIII. Aventureiros iam ao Alto Ribeira com fins de explorar o ouro, nos rios e córregos da região. Dessa forma, autoridades decidiram instalar à margem direita do Rio Ribeira de Iguape, em local estratégico, um posto de registro do ouro, ou seja, a Casa do Fisco, ou Casas de Fundição:

“Em grave crise econômica, o governo português tratou de reter parte considerável do ouro produzido na colônia. Além das datas a que tinha direito ao ser descoberta uma jazida, a Coroa estabeleceu diversos impostos. O principal deles foi o quinto. De todo o ouro extraído na região, o governo ficava com a quinta parte. [...] Criaram-se então as Casas de Fundição, às quais deveria ser entregue todo o ouro extraído. Ali, o metal era fundido, transformado em barras marcadas com o selo real e devolvido ao dono, com imposto cobrado.” (ARRUDA; PILLETI, 2000, p.222)

A princípio o local era conhecido como “Porto do Registro” passando mais tarde apenas a ser conhecido como “Registro”. Próximo ao rio, os fiscais da Coroa Portuguesa permaneciam atentos a quem passava pelo porto. A casa do fisco foi implantada em um morro próximo ao rio, de onde os fiscais da Coroa tinham ampla visão. Esse lugar ficou conhecido

como “Morro do Espia”(atualmente na cidade de Registro, o fim da rua Dom Pedro II, onde pode ter acesso à rua Miguel Aby-Azar através de extensa escadaria).

Com a descoberta de novas jazidas em Minas Gerais e Goiás, os aventureiros debandaram da região, passando Registro por longo período de estagnação. A Região volta a se desenvolver através da Companhia Ultramarina Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, mais conhecida hoje em dia como K.K.K.K. (iniciais das palavras da Companhia), que trouxe as famílias de imigrantes japoneses para a região.

O crescimento e desenvolvimento da região teve participação direta desses imigrantes, que com seus costumes e força de trabalho deram uma contribuição muito grande para o município de Registro, através do desenvolvimento da agricultura, comércio, entre outros.

O aniversário da cidade é comemorado dia 30 de novembro e o seu Santo Padroeiro é São Francisco Xavier.

1.4 IMIGRAÇÃO JAPONESA AO BRASIL:

A Guerra Russo-Japonesa é travada em função da conquista dos territórios da Manchúria e Coréia nos anos de 1904 e 1905, pelo Império do Japão e Império Russo. O regime do czar Nicolau II da Rússia encontrava-se abalado por uma série de revoltas (operários, soldados do exército, camponeses e marinheiros). O Japão, mesmo com crises econômicas era um país de tradições militares. Contrastando com os navios russos, que eram grandes, antigos e pesados, o Japão lutava com navios menores, porém com grande mobilidade de fogo. A guerra termina com o Japão impondo uma derrota humilhante ao inimigo e marca o reconhecimento do Japão como potência imperialista, enquanto a derrota russa enfraquece ainda mais o regime czarista que culminou com a sua queda definitiva na Revolução de 1917. Uma das heranças da guerra, é o navio de guerra russo, chamado de Kazan, nome de uma cidade a oeste de Moscou. Construído pelo estaleiro inglês Wigham e Richardson Co. estava localizado em Newcastle quando a Rússia o comprou em 1889. A princípio transportava soldados e equipamentos médicos. Durante a guerra Russo-Japonesa é reformado para ser utilizado como navio hospital. Adquirido pelos japoneses durante o conflito, é rebatizado de Kasato Maru que mais tarde ficaria marcado para sempre na história da imigração japonesa ao Brasil.

FIGURA 01: NAVIO KASATO MARU



Fonte: Memorial Imigração Japonesa em São Paulo

Para entender a vinda dos imigrantes japoneses ao Brasil, é preciso compreender o contexto social e econômico em que os dois países viviam.

O Japão esteve durante dois séculos isolado do restante do mundo, de acordo com Handa (1987), o controle político estava nas mãos dos xóguns e da família Tokugawa. A sociedade era predominantemente feudal, o sistema era agrário e dependente da cultura do arroz. Por outro lado, as potências ocidentais encontravam-se industrializadas e tecnologicamente avançadas, conquistando colônias na África e Ásia. A partir de meados de 1854 o governo xogunal já se encontrava enfraquecido. Navios americanos e ingleses exigiam com o uso de canhões a abertura dos portos japoneses. O governo xogunal se viu obrigado a ceder crescentes privilégios comerciais aos estrangeiros, o que gerou uma crise interna. Revoltas culminaram em uma guerra civil e prevaleceu os que queriam a Restauração do poder do Imperador, em 1868. Era o início da Era Meiji (1868 – 1912).

Em 20 anos a modernização revolucionou o país, proporcionando oportunidades para a aristocracia que ocupou importantes cargos na nova estrutura política-governamental e para a emergente burguesia que enriqueceu com os métodos industriais e financeiros importados do ocidente. “Mas os benefícios do enriquecimento do país ficaram nas mãos de poucos, e fazer do Japão uma potência bélica do mesmo nível que as potências ocidentais foi mais prioritário que necessidades sociais.” (disponível em www.imigracaojaponesa.com.br)

A maior parte da população japonesa vivia no campo, impostos crescentes levaram mais e mais famílias à fome. Muitos migraram do campo para as cidades e outros migraram para a região da ilha de Hokkaido, onde ainda havia regiões a serem desbravadas.

Entretanto, o Japão um país de território pequeno (um arquipélago), cada vez mais superpovoado e com crescentes crises que acarretavam mais fome e pobreza ao país, logo não encontrou mais opções para driblar os problemas. A única saída que o governo encontrou foi a imigração, segundo a história pela Associação de Comemoração para o Centenário no Brasil.

Segundo a historiadora Célia Sakurai³ os primeiros imigrantes iam para a costa oeste dos Estados Unidos, Califórnia e Canadá, Hawaii, Peru e México. Os trabalhos eram temporários: serviços em minerações, plantio de morango na Califórnia e arroz nos Texas. A imigração constituía de pessoas solteiras, ao contrário do Brasil, que a imigração foi familiar (os japoneses imigravam com a família constituída).

Dados da primeira imigração dos japoneses se referem a imigração para a Austrália, no trabalho de caça às pérolas.

O Brasil do início do século XIX, era uma economia agrícola totalmente dependente da monocultura cafeeira. E a cultura do café por sua vez, totalmente dependente da mão-de-obra escrava. Devido às pressões políticas externas e movimentos humanistas o Brasil decreta a abolição da escravatura em 1889, assinando a Lei Áurea. Na tentativa de suprir mão-de-obra nas fazendas cafeeiras chega ao Brasil os primeiros imigrantes, vindo de países europeus. No entanto, as péssimas condições de vida e de trabalho dado pelos cafeicultores paulistas aos imigrantes, desmotivava a vinda de novos imigrantes desses países, além de países como França e Itália passarem a impedir a imigração.

Dessa maneira, o Brasil diante da situação, passou a cogitar a vinda de imigrantes japoneses em 1880. No entanto, não havia nenhuma ação concluída, o início das relações diplomáticas entre os dois países ocorre em 5 de novembro de 1895, em Paris com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre a República dos Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão. O primeiro diplomata a chefiar a Legação japonesa no Brasil foi o Ministro Sutemi Chinda, e o primeiro representante do governo brasileiro no Japão foi o Ministro Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, de acordo com a História publicada em livreto pela AACIJB (Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa ao Brasil)

3. Palestra ministrada dia 5 de setembro de 2008, na Associação Nipo-Brasileira de Registro-SP

Em 1906, Ryu Mizuno, presidente da Kokoku Shokumin Kaisha (Companhia Imperial de Imigração) visitou o Brasil, acompanhado de Tejiro Suzuki, que pretendia ir ao Peru e ao Brasil, trabalhou experimentalmente em uma Fazenda no interior de São Paulo.

Mizuno voltou ao Brasil em 1907 e celebrou o contrato para vinda de imigrantes japoneses entre o governo do Estado de São Paulo e a Kokoku Shokumin Kaisha. O documento foi assinado, em nome do governo do Estado, pelo secretário de Assuntos da Agricultura, Carlos de Arruda Botelho.

Ressalta-se que as Companhias de Imigração eram essencialmente privadas, embora tivessem incentivo político-econômico do governo do Japão, podendo representá-lo junto a países contratantes de mão-de-obra.

Começam a circular no Japão as propagandas para a imigração. Na tentativa de atrair maior número de pessoas, as propagandas não correspondiam a realidade. Cartazes do período diziam: “No Brasil, existe uma árvore que dá ouro: o cafeeiro. É só colher com as mãos.”

FIGURA 02: PROPAGANDA DA IMIGRAÇÃO NO JAPÃO



Fonte: Memorial imigração Japonesa Vale do Ribeira

O contratador brasileiro comprometia “dar moradia” a cada família imigrante, no entanto sem especificar as condições de tais moradias, a alimentação era por conta da família, também sem explicar o exploratório sistema do Armazém da Fazenda.

Na situação que muitas famílias se encontravam, e com o sonho de conseguir uma vida melhor além-mar, que de acordo com as informações passadas, conseguiriam acumular uma boa quantia de dinheiro em alguns anos, muitas famílias passam a se entusiasmar com a imigração.

A Revista Veja (edição 2038 – ano 40 – nº49, 12 de dezembro de 2007) relata que as famílias eram obrigadas a passar, antes da partida no porto de Kobe, por uma espécie de “quarentena”. Faziam exames médicos, tinham aulas básicas de português e outros aproveitavam para comprar roupas ocidentais nas lojas das proximidades. O navio de guerra Kasato Maru é então adaptado para trazer os primeiros imigrantes pioneiros ao Brasil. Ao total, 165 famílias, 781 imigrantes registrados e mais 12 pessoas denominados imigrantes livres, que não tinham recebido ajuda de custo para a viagem.

Segundo o antropólogo Koichi Mori, o tracoma, uma espécie de conjuntivite separou muitas famílias naquele tempo. A hora da partida, embalados pela canção Hotaru no Hikari (à luz dos vagalumes) e pelo Hino Nacional do Japão, tornava a despedida mais triste quando alguém da família era impedido de partir devido alguma doença.

Os imigrantes pioneiros tinham a certeza que enfrentariam muitas dificuldades, devido a comunicação (língua e costumes), iriam trabalhar muito, mas a expectativa de voltar ao Japão com poupança significativa os motivava. A intenção era trabalhar durante 5 anos, juntar dinheiro e retornar à terra natal.

Dessa forma, 793 pessoas saem do Japão rumo ao Brasil, no dia 28 de abril de 1908, a bordo do Kasato Maru, partindo do porto de Kobe, capitaneado pelo inglês A. G. Stevens. A viagem era difícil, longa mas cheia de esperanças.

O presidente da Companhia Imperial de Imigração, Ryu Mizuno, fez vários relatos em seu diário de bordo do navio (Edição comemorativa do centenário, Jornal Regional, p.5):

“Depois de uma noite tranqüila de viagem, o Kasato Maru percorreu as primeiras 195 milhas e a viagem transcorre normalmente. Os passageiros usam trajes ocidentais confeccionados na Europa. Os homens deixam de lado o quimono e vem de terno e gravata, chapéu e bota. Alguns trazem no peito condecorações de guerra com a Rússia.” diz o diário de bordo.

No dia 30 de abril, choveu à tarde. O navio percorreu 247 milhas e os imigrantes viram a pequena ilha de Suwa. O diário conta que “a viagem transcorre sem anormalidades até o dia 13 de maio, quando os imigrantes passam a sofrer mal-estar generalizado, em consequência dos fortes ventos que fazem o navio jogar.”

Três dias antes da chegada ao Brasil, a pior turbulência dentro do navio. Em uma das bebedeiras dos maridos, desconfianças e boatos levam um dos folguistas a perder a cabeça. Embriagado, pega um facão e ameaça Mizuno de morte. Ao chegar na cabine da primeira classe, investiu sobre ele. Antes de o tripulante desferir o golpe, o chefe dos folguistas Seizo Yokogawa tenta impedir o homicídio e é esfaqueado. O bêbado é preso e Seizo mandado às pressas ao ambulatório. O marinheiro resistiu durante três dias e veio a falecer na Santa Casa de Santos-SP.

Enfim, o Kasato Maru chega ao tão esperado solo brasileiro. Depois de 52 dias de viagem, escalas em Cingapura e Cidade do Cabo, o vapor atracou no cais número 14 do Porto de Santos-SP, às 9:30 do dia 18 de junho, de 1908. Além das bagagens, os imigrantes pioneiros traziam consigo muita esperança e as tradições de uma cultura milenar.

No dia da chegada, os imigrantes pernoitaram no Kasato Maru. Era época de festas juninas, e os rojões que disparavam e os balões que pairavam ao céu fez com que muitos imigrantes tivessem a ilusão que os brasileiros estavam dando boas-vindas à eles. Desembarcaram na manhã seguinte, muitos brasileiros vieram assistir à cena da chegada dos imigrantes japoneses, os recém chegados os saudaram acenando com bandeirinhas do Brasil e do Japão, o que foi recebido com muita simpatia. (Breve história da imigração japonesa ao Brasil, publicado pela AACIJB)

Até então não havia convívio entre brasileiros e japoneses de fato. J. Amâncio Sobral, inspetor da Agricultura – órgão responsável pela política migratória do governo do Estado de São Paulo, por força da profissão foi o primeiro a conviver com os imigrantes pioneiros. Redigiu longo artigo, publicado no dia 26 de junho de 1908, no Jornal Correio Paulistano, à respeito da sua impressão sobre os imigrantes. Sob efeito do primeiro impacto, Sobral expressa abertamente que os elogios que faz ao comportamento e à aparência dos japoneses não era um exagero da sua parte, relatando que o grau de limpeza de gente de humilde camada social do Japão era qualificado como “inexcedível” e que “houve em Santos quem afirmasse que o navio japonês apresentava em sua terceira classe mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu de primeira classe.” Sobral observou que ao deixarem o trem que os trouxe de Santos a hospedaria de São Paulo:

“[...] saíram todos dos vagões na maior ordem e depois ao deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspo, uma casca de fruta.[...] na hospedaria têm feito às suas refeições sempre na melhor ordem e apesar de os últimos a fazerem duas horas depois dos primeiros, sem um grito de gaiatice, um sinal de impaciência, ou uma voz de protesto [...] surpreendeu a todos o estado de limpeza em que ficou o salão: nem uma ponta de cigarro, nem um cuspo, perfeito contraste com as cuspeiras e pontas de cigarro esmagadas com os pés de outros imigrantes [...] chegaram com bandeiras do Brasil e do Japão feitas de seda, nas mãos, trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável.” (disponível em: www.imigracaojaponesa.com.br, acesso em 18 jul. 2008)

Todos se vestiam de forma simples, mas à ocidental, o que na época foi inesperado. Os aspectos que chamaram a atenção de Sobral foram as bagagens, mais finas, comparadas com as trouxas dos operários brasileiros, e algumas coisas que todos pareciam carregar: escova e pó dental, pente e navalha de barba (itens que imigrantes anteriores e mesmo brasileiros eram poucos que possuíam), pequenas ferramentas, utensílios de cozinha, frasquinhos de shoyu. A maioria tinha livros, papel e tinta, considerados “luxo” para trabalhadores braçais. Do total de imigrantes verificou-se que 13% eram analfabetos, índice considerado baixo para a época. Sobral termina seu artigo da seguinte forma:

“os empregados da alfândega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido à conferência de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentira. Se essa gente, que é todo trabalho, for neste o que é no asseio (nunca veio pela imigração gente tão asseada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonês um elemento de produção que nada deixará a desejar. A raça é muito diferente, mas não inferior. Não façamos, antes do tempo, juízos temerários à respeito da ação do japonês no trabalho nacional.” (www.imigracaojaponesa.com.br)

Das Hospedaria dos Imigrantes, os japoneses eram levados para as fazendas de café no Estado de São Paulo por intérpretes. Foram assim distribuídos: Fazenda Floresta, atual região de Itu – 173 pessoas, provenientes de Okinawa, Fazenda Canaã, 40 Km de Ribeirão Preto, 152 pessoas também provenientes de Okinawa, Fazenda Dumont, estação Dumont da Mogiana, 210 pessoas, vindas de Fukushima, Kumamoto e Hiroshima. Fazenda Guataparã (entre Ribeirão Preto e Araraquara), 188 pessoas vindas de Kogoshima, Kochi e Nigata. Fazenda São Martinho, da estação Martinho Prado da ferrovia paulista, 101 pessoas de Kogoshima e Fazenda Sobrado, próxima a São Manoel, 48 pessoas de Yamaguchi e Aichi.

FIGURA 03: IMIGRANTES JAPONESES NAS LAVOURAS DE CAFÉ



Fonte: Memorial da Imigração Japonesa de São Paulo

De acordo com informações da AACIJB (Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa ao Brasil, disponível em :www.centenarioimigracao.org.br, acesso em 15 agosto 2008), não demorou para começar a surgir os conflitos. A exemplo de como os fazendeiros cafeicultores trataram a mão-de-obra de imigrantes anteriores, com os japoneses não foi diferente. Ressalta-se que a imigração é acompanhado de dificuldades e houve muito sofrimento e conflitos dos antecessores dos japoneses, como alemães, italianos e norte-americanos.

A moradia dos novos imigrantes eram as antigas senzalas, que permaneciam sem limpeza e manutenção. Não havia piso, móveis, paredes ou divisórias. Banheiro não havia. Para terem iluminação teriam que comprar velas, bem como os alimentos, no Armazém da Fazenda. Os japoneses viram que ao invés de receberem remuneração, acumulavam dívidas com os fazendeiros, devido as contas pendentes no armazém mais as despesas da viagem.

De acordo com as propagandas, a remuneração era calculada em média superestimada de 9 sacos de 50 quilos de café por dia na família, que no câmbio da época equivaleria a 50 ienes e 50 sens por dia, ou seja, em dois dias de trabalho no Brasil, os imigrantes esperavam ganhar o salário de um policial no Japão. Nas fazendas, os japoneses foram colocados para trabalhar com cafeeiros velhos, de baixa produtividade, resultando em colheita escassa que mal chegava a dois sacos pó/dia. Do dia para a noite, explorados como mão-de-obra escrava, empurrados para a miséria e sentindo-se em situação de abandono, os imigrantes passaram a promover greves, fugas, rescisões de contrato. Também passaram a entrar em conflito com os funcionários da Companhia Imperial de Imigração, acusados de serem responsáveis por tal situação. Com exceção da Fazenda Sobrado, que tinha boa fama entre os colonos, todas as outras fazendas, ocorreram problemas. Na Fazenda Dumont, considerada a maior plantação de café, propriedade de Henrique Dumont, pai de Santos Dumont, 52 famílias retornaram a Hospedaria dos Imigrantes e por meio do Departamento

Estadual do Trabalho foram realocados em outros serviços. Na Fazenda Montinho, devido às greves e rebeliões sete famílias foram expulsas. Em solidariedade, mais doze famílias abandonaram a fazenda. O balanço final foi que dos 772 imigrantes distribuídos pelas fazendas, 430 tinham se retirado após seis meses e treze meses depois apenas 191 pessoas permaneciam no mesmo local.

Dos que voltaram para a Hospedaria dos Imigrantes, alguns provenientes de Okinawa, se estabeleceram em Santos-SP. O local lembrava a terra natal, sendo cidade praiana. Outros que estavam na Fazenda Flores, aceitaram a oferta, trazida pelo imigrante Oono e foram trabalhar na construção da estrada de ferro do interior do Estado de São Paulo. Muitos foram morar em São Paulo assumindo profissões como pedreiros, marceneiros, empregadas domésticas em função da dificuldade de compreender a língua portuguesa. E houve quem cultivasse hortaliças no bairro do Brás.

Devido a todos os problemas, as Companhias de Emigração aceitaram uma nova série de cláusulas contratuais para evitar greves, fugas e retiradas antes do prazo determinado.

Ryu Mizuno ao final de 1908 tenta recrutar a segunda leva de imigrantes, mas o governo japonês não concede autorização. Mizuno alienou os direitos de envio concedidos pela parte brasileira à Cia. De Imigração Takemura que em 1910 consegue enviar ao Brasil a segunda leva de imigrantes a bordo do navio Ryojun Maru, que chega a Santos no dia 28 de junho após 55 dias. Dessa vez, não há tantas confusões com exceção da Fazenda Jataí. Foram enviados ao todo à 17 fazendas de café, no Estado de São Paulo.

Ao longo do tempo, e já tendo algum capital acumulado, surge naturalmente, o desejo dos colonos de serem independentes. Muitos tornaram-se contratistas, ou seja, formadores de cafezais. O trabalho do contratista ou formador de café era uma serviço que consistia em derrubar matas, semear e cuidar dos cafezais, em um período de 4 a 6 anos. Em 1912, o administrador da Fazenda Guatapará comprou uma extensão de terra e encarregou 40

famílias japonesas a cuidar do cafezal. Em 1916 essas famílias compram em conjunto terras, tornando-se o primeiro núcleo de proprietários japoneses plantadores de café. O trabalho como contratista foi uma forma eficiente encontrada pelos japoneses para acumular poupança e passar da condição de colonos a pequenos proprietários. A obsessão em adquirir terras levou os japoneses a multiplicarem sua jornada de trabalho, nas culturas independentes.

As Companhias de Colonização, criadas especialmente para organizar e desenvolver tais núcleos, adquiriam grandes glebas de terra, repassando-as em pequenos lotes para os imigrantes.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Brasil ao lado dos “aliados” faz com que o fluxo de imigração seja interrompido. Desde então e até 1960, 34.444 japoneses vieram para o Brasil. A partir de 1961, com a rápida expansão e desenvolvimento da indústria japonesa, o fluxo migratório diminui ainda mais.

Dentro da ditadura de Getúlio Vargas, está a política nacionalista, e o antiniponismo é colocado em prática. O governo ordena em 1938 o fechamento dos nihon-gakus (escolas onde os filhos de imigrantes aprendiam não só a ler e escrever em japonês, mas a ser e agir como japoneses). Em 1941 são os jornais da comunidade nipônica que são fechados. E em 1942 o Brasil entra oficialmente no conflito, tendo o Japão do outro lado do front. É nesse ano que as relações diplomáticas entre os dois países é rompido.

Famílias japonesas que residiam em Santos ou em São Paulo, no bairro da Liberdade, são obrigados a deixar suas casas às pressas e mudam-se para o interior do Estado. Com o fim da guerra e da ditadura a situação não se acalmou.

A comunidade japonesa se dividiu: de um lado estava os makegumi (ou derrotistas) que aceitavam a derrota do Japão, de outro os Kachigumi (ou vitoristas) que acreditavam que a rendição do Japão, não passava de propaganda americana. Todo esse ceticismo não era de todo irracional, até 1941 o Japão se encontrava em vantagem no conflito, e foi exatamente

nesse ano que os jornais da comunidade nipônica foram fechados. As publicações brasileiras, a maioria dos imigrantes e descendentes da segunda geração não lia e não eram considerados confiáveis. Tudo parecia uma grande invenção, quem até então já tinha ouvido falar em bomba atômica? Soma-se isso ao fato de que o Japão em 2.600 anos de história, nunca havia perdido uma guerra.

Os vitoristas chegaram a fundar uma organização nacionalista com o objetivo de divulgar a vitória, que eles acreditavam, do Japão. A Shindo Renmei, ou Liga do Caminho dos Súditos, chegou a ter 30.000 sócios. Um dos episódios mais tristes da história da imigração japonesa esteve ligada a essa instituição. Entre os anos de 1946 e 1947, por considerarem os derrotistas traidores da pátria, extremistas da Shindo Renmei mataram 23 pessoas e feriram 147. Em 1946, quase 400 deles foram condenados à prisão.

Aos poucos, a vida foi voltando ao normal, entretanto, muitas famílias de imigrantes já estavam cientes da situação do Japão pós-guerra, recebendo cartas e notícias de parentes que residiam no Japão. Para quase a maioria das famílias de imigrantes era o fim do sonho de retornar à terra natal. O período pós-guerra no Brasil, ainda receberia mais famílias imigrantes do Japão e os que aqui se encontravam passaram a se preocupar em preparar os filhos para ascender na sociedade brasileira.

1.5 IMIGRAÇÃO JAPONESA NO VALE DO RIBEIRA:

A colonização dos imigrantes japoneses no Vale do Ribeira ocorreu de forma diferente das primeiras tentativas de colonização no Estado de São Paulo, no envio de imigrantes para trabalharem nas lavouras de café, que só adquiriram terras alguns anos depois de sua chegada. No Vale do Ribeira a colonização foi implantada sob a direção da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Sociedade Anônima Industrial de Além-Mar), que tinha como planejamento de colonização, o assentamento. Foi a primeira empresa a consolidar tal plano, no Brasil surgiu o mesmo tipo de colonização entre os imigrantes em 1915, entretanto não foi realizado por empresa e sim através do líder Unpei Hirano, intérprete dos primeiros imigrantes que foram para a Fazenda Guataparã.

Os primeiros imigrantes chegaram em Iguape-SP, em novembro de 1913. Nessa época, as cidades de Registro e Sete Barras eram distritos que pertenciam a Iguape. Registro emancipou-se de Iguape, em 30 de novembro de 1944 e Sete Barras emancipou-se de Registro, (a qual passou a pertencer posteriormente) em 18 de fevereiro de 1959. Importante ressaltar que a colonização japonesa em Registro estava totalmente ligada ao município de Iguape, uma vez que na época o local pertencia ao referido município, e as três primeiras famílias que chegaram a Registro, vieram da colônia Katsura, no bairro de Jipovura, em Iguape. (MIDORIKAWA, 1928).

Por volta de 1908, após a chegada do Kasato-Maru ao Brasil, no Japão começavam a despontar idéias de consolidar um plano de colonização no Brasil com o fim de estabelecer para os imigrantes, o Brasil como segunda pátria, e não mais a colonização com o intuito de poupar dinheiro no exterior e retornar à pátria. Para esse fim, foi organizado o Sindicato de Tóquio no Japão, e em 1910, mesmo ano que chega o segundo navio de imigrantes japoneses ao Brasil, o Ryojun-Maru, o Sindicato de Tóquio manda ao Brasil como representante Ikutaro

Aoyagui. Ele já havia trabalhado nos Estados Unidos, havia sido secretário de um político influente no Japão e possuía conexões importantes no mundo político e financeiro.

Ikutaro Aoyagui negociou com o governador do Estado de São Paulo, Manuel Albuquerque Lins e o resultado foi o contrato de 8 de dezembro de 1912, entre o Sindicato de Tóquio e o Estado de São Paulo, na qual o Estado concede gratuitamente 50.000 hectares de terras no município de Iguape, litoral sul do Estado de São Paulo, afim de constituir uma colônia de japoneses, de povoar e ajudar a prosperar o local concedido. Um dos motivos também deveu-se ao fato de o Brasil importar arroz do Estado de Louisiana (E.U.A) e do Japão, o que pesava na balança comercial do Brasil. O Estado de São Paulo decidiu a estimular a cultura do arroz, cede a área na baixada do Ribeira, região de clima quente e úmido, com o solo constituído de baixadas, brejos, lagoas e mangues, ou seja, a região possuía as condições ideais para o cultivo do arroz. Além do mais, o Rio Ribeira possui a mesma extensão do Rio Tone, no Japão.(www.centenarioimigracao.com.br).

Em regresso ao Japão, Ikutaro Aoyagui levou a concessão que obteve do Estado de São Paulo, fato que animou os idealistas do plano colonizador. Uma das pessoas que mais deu incentivo e apoio ao plano foi o príncipe de Katsura, Taro Katsura, que assumiu a chefia do Ministério Japonês e que juntamente com o Visconde de Oura e pessoas influentes da indústria e do comércio fundou a Burajiru Takushoku Kabushiki Kaisha (Empresa de Colonização no Brasil), no dia 13 de janeiro de 1913.

A direção da Companhia considerou conveniente introduzir nessa área imigrantes que já estavam no Brasil e haviam passado pelas lavouras cafeeiras. Foi organizado uma campanha de recrutamento para a colonização no local concedido, mas ninguém alistou-se. Devido a esse fato, Ikutaro Aoyagui foi pessoalmente à rua Conde de Sarzedas, na capital paulista, local onde se concentravam muitos imigrantes japoneses e conversou com muitos

deles, conseguindo com muita dificuldade que trinta famílias se alistassem, obtendo dessa forma, o número mínimo para dar início a colonização naquela área.

De acordo com Handa (1987) os primeiros candidatos foram alguns operários qualificados que na época trabalhavam com fundição de ferro na capital. Eram portadores de experiência trazidos do Japão e adquirido em instalações e estaleiros da marinha.

A Burajiru Takushoku Kabushiki Kaisha já havia montado no local onde seria a sede da colônia uma serraria para facilitar as construções e acomodações. No núcleo encontravam-se também dois engenheiros agrônomos, um médico, três agrimensores e um encarregado de assuntos gerais, notando-se que a Companhia empenhara-se em providenciar uma estrutura básica em termos de pessoal para o início do trabalho.

O local onde ocorreu o assentamento dos primeiros imigrantes no Vale do Ribeira, foi o bairro denominado “Jipovura” e o assentamento batizado de “Colônia Katsura” em homenagem ao príncipe de Katsura. Assim descreve Midorikawa, em seu livro “As colônias japonezas na Zona do Ribeira de Iguape” à respeito da colônia Katsura:

“A margem esquerda do Rio Ribeira de Iguape, 23 kilometros acima do Vallo Grande, onde o Ribeira deságua no Mar Pequeno, está situada a colônia Katsura. O seu clima é amenissimo e bastante salubre, visto que não se verificou até hoje nenhum indício de epidemia – a preocupação máxima que era da empresa e do governo, em consequência de terem sido espalhados boatos menospresantes lá fora”.(MIDORIKAWA, 1928, p.10)

A empresa Burajiru Takushoku Kabushiki Kaisha, após fusão com outra empresa, passa a denominar-se Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, que se estabeleceu no Brasil, em virtude da autorização do governo pelo Decreto de 11 de dezembro de 1918.

Os primeiros colonizadores japoneses em Jipovura, chegaram a Iguape em novembro de 1913. A viagem era cansativa e trabalhosa, uma vez que a viagem era via Santos, por barcos grandes e demorava vinte horas até chegar ao porto de Iguape. De lá, seguiam para a colônia através de barcos a vapor, até chegar a colônia Katsura. Por essa época a construção da linha ferroviária Santos-Juquiá estava em construção, sendo finalizada somente em 1914.

Após a viagem cansativa, muito trabalho ainda estava por vir. O local onde situava a colônia era em sua maior parte, repleta de mata virgem.

Pela manhã, os colonos saíam rumo aos respectivos lotes para a derrubada da mata, que seguia de queimada. A região, constituída de baixadas que se expandiam a partir das margens do Rio Ribeira de Iguape, abrangia na sua maioria, várzeas, que dificultava mais a queimada que a derrubada.

FIGURA 04: IMIGRANTES DESBRAVANDO A MATA



Fonte: www.japaobrasil.com.br

Após limpar a área, a etapa seguinte seria semear o arroz no campo chamuscado. De acordo com Handa (1987), o método consistia em cavar com varas pontudas pequenas covas nas quais se jogavam uns 20 grãos, cobrindo-os levemente com os pés. Semeava-se aleatoriamente, sem cavar regos.

A Companhia Colonizadora previa que os imigrantes, logo que se instalassem iriam trabalhar todos como agricultores, no entanto, não foi o que ocorreu. Além de alguns não possuírem experiência na área de agricultura, não possuíam capital para iniciar uma plantação. Dessa maneira, muitos chefes de famílias preferiram empregar-se como trabalhadores da própria Companhia, trabalhando na construção da sede, fato que fez a empresa oferecer-lhes como segunda alternativa o sistema de parcerias que consistia em um

tipo de arrendamento. A Companhia oferecia gratuitamente 15.000 metros quadrados de terras e uma moradia de alvenaria com cobertura de telhas, além de providenciar a estrada de acesso. O colonizador arcaria com a plantação de cana-de-açúcar ou arroz e 25% da safra ficaria para a Companhia e 75% seria a renda líquida do agricultor.

O resultado foi que, tanto os que plantaram cana-de-açúcar como os rizicultores obtiveram ótimos resultados, um fator determinante que atraiu outros japoneses para a região, pois esse foi um tipo de colonização que surgia como alternativa para os imigrantes exercerem uma atividade independente. Segundo Toomo Handa, o grande mérito da colonização em Iguape, o fato de proporcionar aos imigrantes planejarem suas vidas no Brasil a longo prazo, e não mais buscar o lucro imediato com a finalidade de retornar ao Japão.

Ainda no ano de 1913, três funcionários da Companhia vão a Registro analisar e reconhecer as potencialidades para a colonização naquela área, e em setembro de 1914 são assentadas as três primeiras famílias no local denominado “Registro”.

FIGURA 05: CHEGADA DOS IMIGRANTES AO PORTO DE REGISTRO



Fonte: Memorial Imigração Japonesa Vale do Ribeira

Em 1920 inicia a colonização no local chamado “Sete Barras”, devido aos 25.000 hectares de terras incorporados pela colônia, passando a área colonizada a possuir 75.853 hectares. Dessa maneira, a colonização no local era conhecida como “Núcleo Iguape” dividido em três colônias: Colônia Katsura, Colônia Registro e Colônia Sete Barras.

De acordo com Midorikawa (1928) que estudou as três colônias do Núcleo Iguape, em seu livro “Os imigrantes japoneses na zona do Ribeira de Iguape”, publicado em 1928 a Colônia Registro era de 17.636 hectares, dividida em 544 lotes, possuíam água corrente abundante, terras férteis, plantações de arroz, cana-de-açúcar, mandioca, milho e café que eram a base da economia da colônia.

A população da colônia constava de 8.000 habitantes, sendo 3.651 pessoas naturais do Japão. O clima no local foi registrado como úmido, e um dos mais amenos do Estado de São Paulo, na época. A agricultura, além dos produtos básicos da economia, já citados, constavam também plantações de feijão, milho, tabaco e várias espécies de frutas. O chá verde (japonês) e preto (da Índia), haviam sido aclimatados há pouco tempo, e já notava-se grande sucesso considerado em curto intervalo de tempo como uma das fortes riquezas da economia do local. O grande destaque da agricultura da colônia, foi o cultivo desses chás, em especial o tipo Assam, indiano, onde veremos sua história mais adiante. Além do eucalipto, castanha e uva que obtiveram bons resultados, Midorikawa ainda citou que algumas famílias experimentavam a criação do bicho-da-seda, outra grande contribuição da colônia japonesa ao Brasil.

Com relação a pecuária, a Kaigai Kogio Kabushiki Kaisha estabeleceu próximo a colônia um posto zootécnico que era dirigido por um agrônomo formado no Japão, Sr. Takasuke Nomura. O Posto possuía aparelhos com instalações modernas para a época, era um vasto território de 170 hectares de pastos e plantio de mandioca, mais 530 hectares de pastagens no lugar denominado “Boa Vista”. Importavam porcos, vacas, cavalos e instalou na

sede da colônia um açougue. Além do posto possuir também instalações veterinárias completas.

Em 1919 começam as construções do Engenho para Beneficiamento de arroz, pela Kaigai Kogio Kabushiki Kaisha. A indústria da colônia é construída bem próximo ao porto de Registro, e é chamada de K.K.K.K (sigla do nome japonês Kaigai Kogio Kabushiki Kaisha). Assim descreve Midorikawa à respeito do K.K.K.K:

“Muito próximo ao porto de Registro, facilitando assim o embarque de seus produtos para exportar, está edificado o monumental armazém “K.K.K.K.”, ao qual está anexo um engenho de beneficiar arroz, onde é beneficiado o arroz “K.K.K. – IGUAPE”. As suas máquinas, que, segundo opinião do eminente deputado fluminense Oliveira Botelho, a quem a colônia deve a honrosa visita, é uma das mais aperfeiçoadas da América do Sul, tem uma capacidade mínima de 200 sacos por dia. Esse engenho instalou ultimamente um secador de marca japonesa, cujo resultado mostra-se muito satisfatório, devido a facilidade de manejo e grande capacidade que oferece, além de nada prejudicar a qualidade do arroz. É pois, bastante recomendável ao nosso clima, cuja chuva é muito freqüente na época de colheita do arroz”.(MIDORIKAWA, 1928, p.23)

FIGURA 06: A ANTIGA KKKK



Fonte: Memorial da Imigração Japonesa em Registro

O comércio consistia o da Empresa (Kaigai) que possuía uma seção só de armazém, além da colônia que possuía vários armazéns de secos e molhados, armarinhos, ferragens e instrumentos agrícolas, artigos escolares, etc. Ao todo, constava de 21 casas comerciais, sendo 5 de fazendas e armarinho, 8 de secos e molhados, 2 bares, 3 hotéis e 3 padarias e confeitarias.

Mais da metade desse comércio consistia de japoneses, sendo os restantes brasileiros e sírios.

As vias de comunicação da colônia estavam ligada aos portos fluviais pelo Rio Ribeira de Iguape, e também a Cananéia, Pariquera-açu e Jacupiranga por rodovia conservada pelo governo. A colônia possuía os serviços do Correio, mas ansiava pelo telégrafo para facilitar a comunicação com o Japão. O transporte interno da colônia era realizado através de carroças mas na época da pesquisa de Jorge T. Modorikawa, havia na colônia 6 caminhões. A importação e exportação da colônia era realizada pelo porto fluvial.

Com relação ao ensino, a Colônia Registro possuía 10 escolas públicas, 1 masculina, 1 feminina e as restantes mistas. Os prédios construídos onde funcionavam as escolas, eram construídos pelos próprios colonos, bem como as casas onde residiam os professores que chegavam ao local para lecionar, notando que uma das maiores preocupações dos colonos era constituir escolas para seus filhos. É parte da cultura japonesa dar prioridade aos estudos.

O serviço sanitário da colônia era executado por um posto, criado e mantido pela Companhia (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha), cuja direção era do Doutor Empei Kikuti, médico formado no Japão, habilitado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, após o falecimento do primeiro médico a trabalhar para a colônia, Doutor Kenzo Kitajima. À respeito da morte do médico, Kawano (2008) comenta a perda para a colônia: “Dr. Kitajima também acabou adoecendo, e faleceu em 1923. Sua morte causou grande desolação entre os imigrantes japoneses que estavam estabelecidos em Registro.”

O Posto de Propifilaxia, consistia de uma sala de operação, uma farmácia e um hospital, que servia a colônia Registro, e também a colônia Katsura e colônia Sete Barras.

Outro estudo, realizado alguns anos após 1950, presente no Memorial da Imigração Japonesa Vale do Ribeira retrata o modo de vida dos agricultores japoneses na colônia Registro. Nessa época já havia japoneses abastados em Registro, porém a maioria era constituída de pequenos lavradores que adquiriram lotes da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha.

O pesquisador notou que os japoneses aplicavam traços da arquitetura nipônica nas suas casas, notando muita influência oriental nas residências da colônia. A impressão que o pesquisador obteve com relação à religião é que os colonizadores japoneses do local, não se preocupavam com questões religiosas no sentido de serem intolerantes. Destacou também que ofereciam boa hospitalidade:

“O japonês é hospitaleiro e uma vez captada a sua confiança, torna-se muito acessível, do mesmo modo que o homem rural brasileiro. A maior parte da colônia de Registro é constituída de sitiantes, cultivadores de chá e banana. O espírito associativo, disposição para o trabalho e senso de responsabilidade são os traços mais positivos da cultura dominante na comunidade nipônica da baixada do Ribeira de Iguape”. (Publicações de O Estado de São Paulo)

A família japonesa na zona rural de Registro era patriarcal. Constituía de famílias grandes que gravitavam em torno do chefe de família, geralmente o pai, na ausência desse, assumia o filho primogênito. Os laços familiares eram destacados como fortes, sendo a autoridade paterna indiscutível. A mulher ocupava posição subalterna.

Uma das peculiaridades observadas contrastava com o brasileiro, em alguns casos, como observou o autor na época:

“O japonês como o brasileiro da zona rural tem boa etiqueta depreciar o que oferece aos convidados. Serve mesa farta, mas pede mil desculpas pela “exigüidade” da comida, seu preparo ou a “pobreza” do presente. A contrário senso, a expectativa é de que o convidado ou presenteado o contradite, elogiando o alimento e agradecendo o presente, cujo conteúdo pode mesmo não lhe ser reconhecido, pois diferentemente do que ocorre conosco, o nipônico não usa abrir o invólucro que contém o presente que lhe foi ofertado, na presença do ofertante”. (Publicações de O Estado de São Paulo)

As casas eram amplas mas modestas. Sempre havia um quadro negro para ensinar a língua japonesa. A presença de litografias do Monte Fuji, dos deuses da fortuna e da felicidade eram encontrados em quase todas as habitações, bem como a presença do retrato do imperador do Japão e do presidente do Brasil. Com relação à habitação e o interior das casas o autor descreve à respeito de uma casa em que esteve hospedado para sua pesquisa:

“A casa de K. M. é disposta em forma de um Z invertido, de modo a separar os aposentos da família das peças destinadas aos hóspedes. Estas se situam a esquerda, pegadas a tulha. A sala de refeições, espécie de “daikoro” abasileirado, é de chão batido e fica em nível inferior ao dos quartos. Os dormitórios tem os assoalhos de madeira e primam pela limpeza. Esse asseio decorre do fato de que a família de K.M.; como numerosas outras da zona rural de Registro, conservando os hábitos rurais do Japão tradicional, não usa cama – dorme sobre os “futon”, que à noite são estendidos no assoalho dos quartos. O ingresso nos dormitórios é feito com os pés descalços; deixa-se o calçado à porta, fora da casa ou em um cômodo não assoalhado. É essa uma salutar medida de higiene, a que os hóspedes também estão sujeitos.

Não tivemos oportunidade de ver em Registro, um “futon” individual, isto é, para servir de leito a apenas a uma pessoa. Aliás, o japonês da zona rural, raramente usa leito individual.

Dormimos em espesso e confortável “futon” protegidos dos pernilongos e mosquitos pelo “Kaiá,” espécie de mosquiteiro de malhas, bem finas e cujo tamanho corresponde ao do “futon”, pois é armado sobre o mesmo de modo a formar com ele uma peça, como se fora uma barraca retangular com o chão acolchoado”.

O mobiliário dos japoneses de Registro é em geral pobre. Mesmo os fazendeiros abastados não os possuem confortáveis, e em termos do nosso sistema, esse mobiliário não está em correspondência com o padrão da casa. Entre os povos da cultura européia e americana há uma correlação positiva entre o padrão da casa e dos móveis que a guarnecem. Mesmo o colono, o mais humilde, quando recebe por moradia uma casa de tijolos, bem feita, se vê na obrigação de mobiliá-la melhor e mantê-la mais em ordem, ainda que esteja com um pé na estrada, pronto a prosseguir na vida de trabalhador itinerante. Em Registro, a habitação está aquém da posse dos seus proprietários pautado o julgamento à base dos nossos padrões de apreciação. Parece que o mobiliário confortável à moda européia não se constitui “ainda” como necessidade e fator de prestígio social entre os abastados usineiros de chá.” (Publicações de O estado de São Paulo).

Um fato que se pode notar devido às famílias de colonos não darem importância a ostentação de móveis no interior da casa, deve-se ao fato de considerarem como prioridade poupar dinheiro para comprar mais terras, aumentando assim, a área de suas produções na lavoura, e conseqüentemente aumentar a renda da família.

1.6 INTRODUÇÃO DO CHÁ PRETO INDIANO

O cultivo do chá preto em Registro é a grande contribuição da colônia para a região do Vale do Ribeira e para o Brasil. Graças à ousadia e esperteza de um imigrante japonês da colônia Registro, Fusakishi Okamoto.

Técnico em chá ainda no Japão, Fusakishi chegou ao Brasil em 1919. Ao ser informado que havia na capital do estado de São Paulo, mais precisamente no Viaduto do chá,

arbustos da erva de origem chinesa *The Sinesis L.* deslocou-se até São Paulo, para buscar suas sementes e tentar o cultivo.

“O chá processado a partir da colheita das tenras folhas e dos brotos do arbusto, que nascem sem interrupção após quatro anos de poda, foi preparado por Okamoto pela primeira vez para infusão em 1925, utilizando processos manuais e técnicas japonesas. Sabia que o Brasil importara 40 toneladas de chá do tipo Assam da Inglaterra naquele ano. Portanto previu possibilidades de vir a competir com a indústria estrangeira se industrializasse a produção e se conseguisse, de algum modo as sementes de Assam, que possui folhas maiores e dá melhor produto. Em 1935, já possuidor de capital suficiente, retornou ao Japão onde comprou maquinário apropriado. Empreendendo, em seguida, viagem ao Ceilão em busca das pretendidas sementes. Inicialmente, teve problemas. Quase foi detido quando tentou comprá-las. Não sabia que o chá considerado no Ceilão a principal fonte de divisas do comércio mundial, era artigo proibido. Só podia sair do país como produto industrializado”. (Jornal Regional, 2008, p.9)

Entretanto, Fusakishi Okamoto não desistiu. A forma que encontrou para levar as sementes para Registro, foi esconder 100 sementes de chá que havia conseguido após visitar uma fábrica no Ceilão (atual Sri-Lanka), dentro de um pão oco. Passou sem problemas pela alfândega. Assim que o navio partiu, plantou as sementes em vasos preparados anteriormente, onde germinaram. Ao chegar ao porto de Santos, outro problema. O fiscal fitossanitário exigiu guia de importação de procedência dos brotos. O imigrante contou-lhe a verdade, e esse convencido da importância dos brotos para o país, deixou passá-lo.

Uma década após o ocorrido, o chá preto do Vale do Ribeira, liderava o mercado interno como também competia com o mercado internacional. A conseqüência da região impulsionada pelo chá em Registro, era o progresso, notavelmente observado nas estradas que estavam sendo abertas, para ligar as inúmeras fazendas. Outros melhoramentos para a comunidade também aconteceram: mais construções de escolas, instalação de uma rede telefônica própria ligando as fazendas (época em que telefone no país era artigo de luxo), e o tão esperado telégrafo, que ligava a colônia ao Japão, diretamente a 30 mil Km.

O produtos, eram escoados através do Rio Ribeira, até o porto de Santos, de onde seguiam para ser distribuídos aos grandes centros comerciais do país, ou do porto de Juquiá, de onde seguiam de trem pela linha ferroviária, até Santos.

O que poucas pessoas sabem, é que a primeira construção religiosa dos japoneses no Brasil, foi de uma comunidade nipônica de Registro.

1.7 A PRIMEIRA CONSTRUÇÃO RELIGIOSA DOS JAPONESES NO BRASIL

No bairro rural de Manga Larga, distante 18 km do centro da cidade de Registro, a colônia japonesa se uniu e construiu a Igreja Anglicana chamada Igreja de Todos os Santos de Manga Larga, ou Seikokai, o nome japonês da Igreja Anglicana.

A pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), Carmem Kawano, natural da cidade de Juquiá-SP e descendente de imigrantes japoneses de Manga Larga, publicou um livro nesse ano, contando a história da construção do templo. De acordo com Kawano (2008), a missão anglicana para os japoneses no Brasil foi estabelecida pelo missionário japonês João Yasoji Ito e o início do seu trabalho, ocorreu exatamente na colônia de imigrantes de Registro, em março de 1932.

As famílias que residiam em Manga Larga eram todas naturais da província de Nagano, no Japão, de onde era também o Reverendo João Yasoji Ito. Tanto que é fato comum muitas famílias de Manga Larga possuírem fotos da província de Nagano e pessoas de lá, como é também comum muitas pessoas de Nagano terem conhecimento da região do Vale do Ribeira, devido às correspondências. Kawano (2008) relata que as casas de Manga Larga, denotavam os mesmos estilos das casas de Nagano, na época: de sobrado, com muita madeira e paredes brancas.

A economia no local girava em torno do cultivo de arroz, mais tarde as plantações foram diversificadas.

No início a maior parte das famílias eram budistas ou não professavam nenhuma crença. Com o trabalho de evangelização do Reverendo Ito, as famílias passaram a conversão,

e de março de 1923 a março de 1928, 74 pessoas haviam sido batizadas, somados os imigrantes que chegaram ao Brasil convertidos em Nagano, a comunidade nipônica de Manga Larga contava 84 cristãos.

Reverendo Ito não residia em Registro, mas nas suas esporádicas visitas a Manga Larga permanecia semanas, trabalhando muito, não apenas na evangelização como auxiliando os imigrantes no serviço na lavoura, sempre se hospedando na residência das famílias dos imigrantes. Posteriormente é que o reverendo passou dois períodos anuais em Registro.

Em alguns anos percebia-se nas famílias de Manga Larga notável diferença de outros lares de famílias japonesas na época. Ao invés do Butsudan (pequenos oratórios particulares e familiares da religião budista, em que se coloca na casa, com fotos de familiares falecidos), as residências tinham bíblias em japonês. Os cultos eram ministrados nas casas das famílias de Manga Larga, e com o passar do tempo, a comunidade passou a sentir a necessidade de possuir um local onde fossem realizadas as atividades religiosas, fato que ocorreu devido a um acontecimento na família Ikegami, no ano de 1926:

“Em sua casa, Assayo, esposa de Kumajiro Ikegami e mãe de quatro filhas, esteve gravemente enferma a ponto de os médicos declararem que não tinham mais recursos para tratá-la. Este acontecimento coincidiu com uma das visitas do reverendo Yasoji Ito à Manga Larga. Ao lado do leito da enferma, restava somente o missionário a orar por ela, apesar de todos já estarem avisados de que não haveria mais nada a fazer.

E Assayo começou a se recuperar. Ela se restabeleceu completamente e o casal Ikegami, se sentiu profundamente agradecido a Deus, pelo que considerou uma benção recebida.

Foi assim que Kumajiro Ikegami separou 100 m² de seu terreno para ser o local onde se ergueria a igreja. A família Ikegami ainda não havia recebido o batismo. Mas no dia 6 de março de 1927, o rev. Ito batizou toda a família e também os Fukazawa e Nakamura. No total foram 16 pessoas batizadas na casa da família Ikegami. Começava uma nova fase de vida daquela comunidade.” (KAWANO, 2008, p. 57).

No ano de 1927, o bispo da Igreja Anglicana no Brasil era William Thomas. Dia 6 de setembro de 1927, o bispo visitou Manga Larga, pela primeira vez. Foram realizados batismos de várias famílias e também lançada a pedra fundamental do futuro templo a ser construído, e rev. Ito traduzia as palavras do bispo de inglês para o japonês.

O reverendo Ito incentivou os membros no sentido da construção do templo. A comunidade aceitou prontamente. “Eles resolveram trabalhar em equipe, em colaboração uns com os outros e construir tudo com esforço e recursos próprios, contando com as habilidades de cada um.” (KAWANO, 2008, p.78).

Os fiéis doaram material, financiaram toda a construção, com doações e ofertas e eles próprios ergueram o templo, com muita jornada de trabalho.

“De toda a construção, só foram comprados os vidros e os metais para as portas e janelas. Todo o resto do material foi tirado das propriedades dos imigrantes, como as madeiras para o telhado, para as vigas e para as portas e janelas. Eles utilizaram a técnica japonesa de encaixe, sem pregos. As telhas e as paredes também foram feitas com material do local.” (KAWANO, 2008, p.90).

No dia 23 de agosto de 1929 foi finalizada a construção da Igreja, que já tinha como catequista Paulo Kioyoshi Ito que havia chegado em janeiro do mesmo ano, e iria orientar e acompanhar a comunidade a partir daquele momento.

FIGURA 07: REV. IÇO EM FRENTE A IGREJA DE MANGA LARGA



Fonte:Seikokai: a história da primeira construção religiosa dos japoneses no Brasil

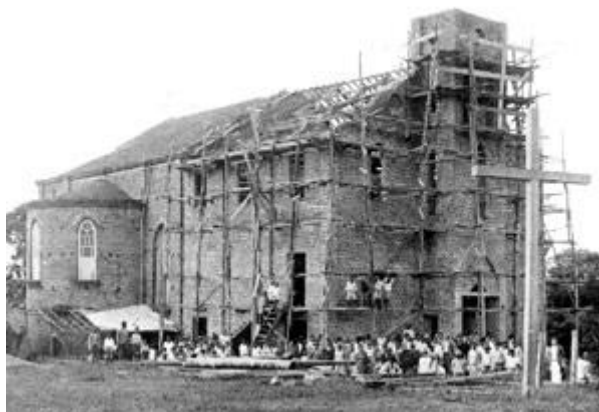
1.8 A CONSTRUÇÃO DA IGREJA CATÓLICA

De acordo com Midorikawa (1928) a colônia Registro possuía mais de um terço de seus habitantes, cristãos católicos.

Os católicos ansiavam por uma igreja em louvor à seu Santo Padroeiro, São Francisco Xavier. O Santo não era padroeiro da localidade por acaso. Nascido no castelo da família em Navana (Espanha), sua família era de posses, mas Francisco Xavier preferiu seguir vida monástica. Em uma de suas missões, é enviado para a costa oriental, na Índia. De lá parte para várias localidades, como a Indonésia, mas é em um local chamado Malaca, que Xavier conhece três japoneses, e é com eles que o santo chega até o Japão, sendo o primeiro cristão a pisar em solo japonês. O Santo é bem recebido e passa a pregar a fé cristã. Fato que fez a Igreja Católica o proclamar oficialmente o Santo Padroeiro do Oriente e das missões no ano de 1922.

Na colônia Registro já havia um padre de origem alemã que possuía o domínio do idioma japonês e pregava na localidade. Para a construção da Igreja Católica em Registro a maior parte das despesas foi doação dos católicos mais influentes do Japão. De acordo com anotações do diário de um imigrante japonês, Eiro Hirota, a Igreja estava sendo construída no morro contra Rio Ribeira, e custou 90.542 mil réis, sendo 66.708 mil réis contribuição voluntárias das empresas do Japão e o restante dos moradores locais.

FIGURA 08: CONSTRUÇÃO DA IGREJA CATÓLICA DE REGISTRO



Fonte: Arquivo pessoal

A pedra fundamental da Igreja Matriz São Francisco Xavier foi lançada no dia 31 de agosto de 1926, por ato religioso celebrado pelo bispo Diocesano de Santos-SP, Dom José Maria Pereira Lara. Depois de vários anos de dedicação da comunidade local, destacando-se principalmente o esforço da colônia japonesa a Igreja é solenemente inaugurada dia 29 de abril de 1933, na presença do mesmo bispo.

1.9 O BEISEIBOL E O PRIMEIRO CLUBE DE REGISTRO-SP

Com relação ao lazer, dentre os japoneses no Vale do Ribeira, sempre se destacou um esporte muito ligado à cultura japonesa, embora de origem inglesa: o beisebol.

Chegou ao Brasil através dos imigrantes japoneses e segundo a Confederação Brasileira de Beisebol e Softbol, conta com mais de trinta mil praticantes.

A primeira conquista da região, foi a Taça Consulado Geral do Japão em 1924, em decorrência de um torneio contra o time Mikado, em São Paulo. Em 1949, foi realizado o 1º Campeonato de Beisebol da Região Sudoeste, promovido pela União Desportiva Sudoeste.

Em setembro de 1922, um grupo de jovens da colônia japonesa de Registro, passaram a se reunir em busca de práticas de lazer, através do esporte. Dessa forma, foi fundado a Rengo Seinem-Kai (Associação Reunida dos moços de Registro). A maioria constituída de jovens que trabalhavam na área da agricultura. A assembléia de fundação contou com cerca de 100 pessoas.

Com o advento da 2ª Guerra Mundial, os imigrantes japoneses e seus descendentes sendo atingidos no Brasil, as políticas do país proibiam reuniões e assembléias da comunidade nipônica.

Com o término da guerra, a solução encontrada pela Associação dos Moços foi dar continuidade ao trabalho que estava sendo desenvolvido (que permaneceu temporariamente parado). Os membros da associação e outros simpatizantes se reuniram para fundar uma nova entidade evitando que o nome tivesse qualquer referência ao Japão. Nascia assim o “Registro Base Ball Clube”, que dentre os fundadores estava Sisenando Carvalho, eleito o primeiro presidente do clube. De início não tinha sede social nem campo para a prática de esportes. Todos os esforços eram concentrados nos atletas. As modalidades esportivas mais praticadas eram: beisebol, atletismo, tênis de mesa e voleibol.

A construção da primeira Praça de Esportes coincidiu com as obras da construção BR-2, a atual BR-116, no governo do presidente Juscelino Kubitschek. As máquinas do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e da Companhia Construção de Estradas auxiliaram na construção da Praça de Esportes, autorizadas pelo próprio presidente Juscelino Kubitschek.

Na ocasião da inauguração da atual BR-116, Juscelino Kubitschek foi recepcionado em Registro-SP, no campo de esportes, que também ajudou na organização da festa. No ano de 1964, o “Registro Base Ball Clube” passou a contar com sua sede social.

FIGURA 09: JUSCELINO KUBITSCHKEK EM REGISTRO, INAURAÇÃO BR-116



Fonte:camiloaparecido.blog.terra.com.br

1.10 INTRODUÇÃO DO JUNCO

Além do chá preto, tipo Assam, introduzido pioneiramente por um imigrante japonês de Registro-SP, outra cultura foi pioneira no Vale do Ribeira, sendo atualmente a única região produtora nas Américas: o junco.

Shigeru Yoshimura chegou ao Brasil em 1933, e foi morar em Registro devido a semelhança da sua terra natal: clima quente, úmido e presença de várzeas, na esperança de levar adiante a tradição agrícola. Natural de Fukuoka, localizado ao sul do Japão (terra de verões quentes e úmidos), a produção do junco predominava o local e servia de matéria-prima para a confecção do tatame.

Shigeru Yoshimura trouxe nas bagagens uma pequena muda de junco, e em Registro plantou por três anos, até que começassem a brotar. Quando atingiu boa quantidade, o colono distribuiu para os imigrantes na região, para a multiplicação do trabalho. Ao longo de 70 anos o

produtos derivados de junco, foram muito valorizados, entretanto com a abertura do mercado na década de 1990, o Brasil passou a importar do Japão e da China por preços baixos, o que desvalorizou o cultivo na região do Vale do Ribeira.

Shigeru Yoshimura produziu junco até falecer, com 82 anos de idade.

FIGURA 10: PLANTAÇÃO DE JUNCO



Fonte: Arquivo pessoal

CAPÍTULO II

2.1 LEGADO CULTURAL DA COLÔNIA EM REGISTRO-SP

Através da história, pode-se compreender o motivo de cidades do Brasil como Registro, possuir hoje um rico legado dessa cultura milenar que é a cultura japonesa. A cidade cresceu, viu a prosperidade chegar juntamente com o progresso de culturas como o chá, e fato indiscutível é o destaque da colonização na região dentro do processo de desenvolvimento de Registro-SP.

Os imigrantes do Vale derrubaram matas, construíram igreja, jogaram beisebol, foram pioneiros no cultivo do chá preto indiano tipo Assam, bem como na produção de junco; trabalharam utilizando maquinários e técnicas de serviço trazidos da pátria, driblaram todo tipo de adversidade, como a diferença de idioma, cultura, e as tensões da Segunda Guerra Mundial em um país que lutava contra a sua pátria.

Hoje após cem anos de imigração japonesa no Brasil e noventa e cinco anos no Vale do Ribeira, são muitas as influências dessa cultura trazida juntamente com os imigrantes. As marcas estão presentes nos atrativos culturais da cidade, no comércio e também no dia-a-dia da população registrense. Tal fato pode ser comprovado notando os habitantes que não possuem qualquer parentesco ou descendência japonesa mas estão completamente familiarizados com a cultura nipônica, seja por conhecer pessoas descendentes, ir à movimentada Feira do Agricultor e se deparar com várias barracas de alimentos japoneses, ou participar dos eventos anuais da cidade, que em sua maioria giram em torno da cultura japonesa.

Apesar de fatores como a miscigenação e a globalização, a cultura japonesa e suas tradições continuam mantidas em Registro graças a Associação Cultural Nipo-Brasileira de

Registro-SP, ou BUNKYO, que incentiva a sua preservação. A dificuldade sentida em Registro e em outras cidades do interior paulista para onde migraram os japoneses, em manter as tradições, é bastante presenciada como comenta Seiji Ishikawa, executivo nissei da multinacional YKK do Brasil Ltda. em entrevista cedida ao livro “De sol a sol: o Japão que nasce no Brasil: os nisseis, sua tradição e integração” publicado nesse ano:

“Na Câmara de Comércio, nós organizávamos encontros de arte, no Brasil todo, e vinha gente de todo lugar. O pessoal de Nova Petrópolis também. Recebemos um convite para visitá-los e fomos. Eu fiquei muito assustado: lá tinha gente alemã da quarta, quinta, sexta geração, e todo mundo falando alemão. Falavam português, também, é claro. Mas entre eles, só alemão. E alemão era sua cultura, as danças, as roupas, era tudo alemão. Eu fiquei imaginando como eles conseguiram preservar aquela identidade, com o idioma, as artes, tudo. Muito mais que os japoneses... Nós estamos chegando à terceira, quarta geração e a maioria já não fala mais a língua original, e não guarda a cultura”. (OKUBARO, 2008, p.31)

Um dos motivos dessa dificuldade, os autores explicam:

“De qualquer forma, ele entende que em uma cidade menor, na serra gaúcha, há condições de se estabelecer um núcleo cultural quase sem influências, ao contrário de uma cidade como São Paulo, hoje a síntese do País, ou mesmo nas cidades do interior paulista, para onde a maioria dos japoneses seguiu após desembarcar em Santos”. (OKUBARO, 2008, p.31)

Outra dificuldade hoje em dia, é com relação ao conceito de colônia, que não possui para muitos o mesmo sentido de quando os imigrantes japoneses chegaram ao Brasil. O desembargador paulista, Kazuo Watanabe, filho de imigrantes, comenta em entrevista cedida ao mesmo livro referenciado acima:

“[...] só era uma colônia enquanto defendia uma idéia única. De antes da 2º Guerra. Todos os imigrantes queriam voltar ao Japão. Viviam em função disso. No momento em que eles decidiram morar no Brasil, definitivamente, passaram a ser, então, apenas um segmento da sociedade brasileira.

Eu venho dizendo isso desde 1977, quando afirmei essa idéia em um artigo. Levei bronca de muita gente do Japão. Dizia, e digo, com todas as letras, que a colônia japonesa é mais um rótulo do que qualquer outra coisa. Nada que a gente possa chamar de resistência ou de unidade sociológica, algo real, enfim. Não existe isso. O mais próximo dessa idéia é uma sociedade brasileira de cultura japonesa, uma associação, etc. Mas, para congregar a totalidade de um milhão e tantas pessoas, essa idéia não existe. Então eu afirmei que a chamada colônia seria apenas um segmento da sociedade brasileira e não mais um prolongamento do Japão.” (OKUBARO, 2008, p.40).

O que o desembargador afirma tem seus fundamentos. Em Registro, pode-se notar que quando jornais ou outros meios de comunicação referem-se atualmente a colônia

japonesa, está mais ligado a representante da cultura japonesa no município, o Bunkyo, ao invés do segmento formado pela sociedade de japoneses e seus descendentes. Uma das exceções encontradas são os dados estatísticos presentes no Memorial da Imigração Japonesa em Registro-SP.

O turismo cultural poderia estimular na cidade a vontade de manter viva a cultura japonesa e suas tradições, como afirma a autora Dóris Ruschmman:

“ Nas Ilhas Seychelles, no Oceano Índico, um estudo revelou que o turismo estimulou o orgulho étnico entre os nativos. O idioma crioulo voltou a ser falado normalmente deixando de caracterizar um sinal de ignorância, inferioridade ou uma condição social mais baixa entre a população. As canções e músicas folclóricas crioulas passaram a ser executadas por artistas locais e a emissora de rádio passou a dedicar-lhes maiores espaços, que antes eram ocupados por interpretações em inglês e francês”.(RUSCHMMAN, 1997, p.52).

O turismo quando praticado em relação ao interesse de conhecer uma etnia, pode proporcionar nos residentes interesse em manter viva sua cultura e conseqüentemente trazer benefícios ao local, tanto no aspecto econômico como no cultural.

2.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL – PRAÇA BEIRA RIO E KKKK

Em frente ao rico patrimônio ecológico Rio Ribeira de Iguape, está a Praça Beira-Rio, juntamente com o prédio da antiga fábrica de beneficiamento de arroz, o KKKK, que pertencia a antiga empresa japonesa que consolidou a colonização no Vale do Ribeira.

É na praça Beira-Rio que está a obra da artista plástica Tomie Ohtake, a “Flor de Guaracuí”. No processo de desenvolvimento urbano da cidade, restou apenas uma única árvore remanescente da antiga floresta virgem do local, era a árvore Guaracuí ou Bracuí (Andira Anthelmia). Muito admirada pelos moradores de Registro, devido ao seu porte significativo. A árvore estava em um terreno na altura do número 669, da atual avenida Jonas Banks Leite.

FIGURA 11: ÁRVORE GUARACUÍ DE REGISTRO



Fonte: Memorial da Imigração Japonesa Vale do Ribeira

Apesar de toda a admiração e consideração da população registrense, a árvore foi derrubada em 1947. Com a restauração do conjunto arquitetônico KKKK, a artista plástica Tomie Ohtake, fez renascer o símbolo da cidade doando a obra “Flor de Guaracuí”. A obra contou com o apoio da Usiminas e da Cosipa. Possui 7 metros de altura e 40 toneladas de aço.

FIGURA 12: MONUMENTO FLOR DE GUARACUÍ



Fonte: Arquivo pessoal

A KKKK, ou Casarão do porto como era conhecida a antiga sede da Empresa Kaigai Kogio Kabushiki Kaisha, era composta de quatro armazéns anexados onde funcionava a indústria de engenho de arroz, e armazéns que continham loja comercial e depósito dos produtos agrícolas da colônia. Foi inaugurada em 1922 e em decorrência da Segunda Guerra Mundial, teve suas atividades encerradas no ano de 1942. Posteriormente, quando o prédio da KKKK foi a leilão, Eiro Hirota, imigrante japonês que trabalhou anos na empresa, teve preferência na compra do prédio. De acordo com Nilton J. Hirota, neto mais velho de Eiro, o processo para obter o imóvel da Companhia Ultramarina levou 42 anos, a família só obteve na justiça após o falecimento de Eiro Hirota. Essa demora ocorreu devido ao fato de terem sido realizadas na época a venda para outras pessoas, de forma irregular. Durante todos esses anos o prédio esteve fechado e em completo abandono.

Em 1987 o prédio foi tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), do Estado de São Paulo, e em 1990 adquirido pela prefeitura. Em restauração iniciada no ano de 2001 e inaugurado em 2002, é hoje o Complexo de Educação e Cultura KKKK.

FIGURA13: COMPLEXO DE EDUCAÇÃO E CULTURA KKKK



Fonte: Arquivo pessoal

O prédio conta hoje com salas de aula, que já foram utilizadas pela UNESP (Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho) , um anfiteatro com capacidade para 250 pessoas e o Memorial da Imigração Japonesa Vale do Ribeira.

O Casarão foi restaurado sem perder suas características originais na parte interna, e o Memorial possui três andares, com rico acervo da imigração japonesa no Vale do Ribeira. Contém instrumentos agrícolas usados na região, maquinário de fabricação de esteira, fotos, e muitos objetos trazidos ainda do Japão, ou relacionados a colonização, além da pinacoteca contendo mais de 50 obras de artistas plásticos da colônia japonesa no Brasil, de renome internacional, como Tomie Ohtake e Manabu Mabe.

2.3 MONUMENTOS LIGADOS A COLÔNIA E TEMPLO BUDISTA

Em razão da comemoração dos oitenta anos da colonização japonesa em Registro, a colônia doou o Toori, um portal de arquitetura shintoísta, projetados pelos arquitetos Kunihiko Takahashi e Lina Harumi Shimizu. Outro monumento da colônia é o de homenagem às vítimas falecidas no Rio Ribeira de Iguape. Os dois monumentos estão no mesmo local, próximos ao Rio Ribeira de Iguape. É esse o local onde é realizado o evento “Tooru Nagashi”.

FIGURA 14: PORTAL TOORI



Fonte:Arquivo pessoal.

FIGURA 15: MONUMENTO EM HOMENAGEM E CONSOLO AS ALMAS DAS VITIMAS DO RIO RIBEIRA



Fonte:Arquivo pessoal

O início da construção do Templo Budista foi no ano de 1967, e chama-se “Templo Budista Honpa Honganji de Registro”. Em constante atividade, o templo é totalmente influenciado de arquitetura japonesa:

FIGURA 16: TEMPLO BUDISTA HONPA HONGANJI DE REGISTRO



Fonte:Arquivo pessoal

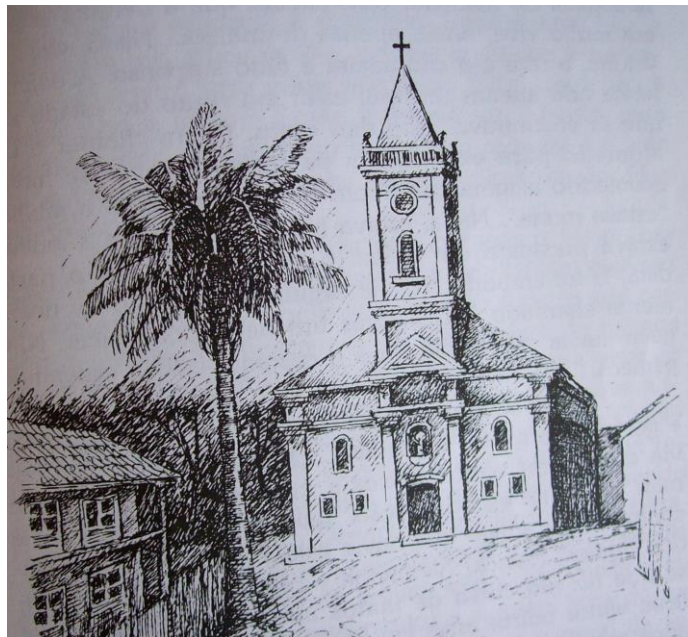
“ A arquitetura japonesa foi moldada em função do clima, geografia e costumes. Com seu clima úmido, estações do ano definidas e florestas densas, a madeira foi o mais tradicional dos materiais empregados. A arquitetura japonesa tradicional caracteriza-se por boas fundações, cômodos arejados, telhado inclinado e chão coberto por tatami.

Apesar dessas linhas mestras, a arquitetura japonesa tem nuances claras no que se refere, por exemplo, a uma arquitetura budista, com clara influência da estética chinesa mas que engloba elementos puramente japoneses, como a suave curva do telhado, e o contraste geral entre curvas e retas como os templos do século VII. Entretanto, o estilo arquitetônico mais antigo é o que recebe a influência Shinto e está representado nos templos shintoístas, situados geralmente em nível acima do solo, construídos em madeira simples e descolorida e telhados de sapê, apoiados em pilares fincados diretamente no solo.” (Guia da cultura japonesa em São Paulo, 1989, p.53)

2.4 IGREJA CATÓLICA

A Igreja Católica São Francisco Xavier, teve participação direta da colônia japonesa em Registro. Com a maior parte dos recursos financeiros vindos diretamente do Japão, e tendo como Padroeiro São Francisco Xavier, o santo proclamado oficialmente pela Igreja Católica o santo Padroeiro do Oriente e das Missões, a igreja está localizada no topo do morro mais alto do centro antigo de Registro.

FIGURA 18: IGREJA CATÓLICA SÃO FRANCISCO XAVIER



Fonte:Desenhista João Xavier de Campos (Jox)

É o centro das atividades católicas realizadas na cidade e situado em amplo terreno, conta ainda com o Salão Paroquial, a Casa Paroquial (residência dos padres), amplo prédio onde são realizadas reuniões e salas de estudo (catequese e o curso de teologia), a igreja possui as mesmas características originais e atualmente passa por período de reforma.

A festa de comemoração do Padroeiro da cidade é dia 3 de dezembro, data de falecimento de São Francisco Xavier.

2.5 IGREJA DE TODOS OS SANTOS DE MANGA LARGA

Em Manga Larga, todos os colonos que ali residiam e seus descendentes deixaram a colônia. A Igreja de Todos os Santos de Manga Larga, é hoje conservada em bom estado pela Paróquia Anglicana de Cristo Rei, onde a comunidade que freqüentava a antiga igreja, participa hoje em dia dessa nova paróquia, localizada no centro da cidade. Além de contar com a presença de fiéis de várias origens.

Os anglicanos visitam a igreja em Manga Larga três vezes ao ano, sendo uma delas no segundo domingo de junho, em que é comemorado o aniversário de fundação do templo.

Sr. Hakuichiro Paulo Fukazawa é hoje parte da história viva de Manga Larga. Ele conta que seus pais chegaram ao Brasil em 1918 e é com alegria que diz ter sido o primeiro filho de imigrantes japoneses em Manga Larga. Seus pais contavam que ele quase nasceu no navio. Chegaram em Registro, no dia 11 de agosto de 1918 e um dia após Sr. Fukazawa nasceu em Manga Larga, tendo recebido o nome de Hakuichiro, não por acaso. No Japão, todos os nomes tem seu significado e Sr. Fukazawa explica: “ Haku quer dizer Brasil e Ichiro filho. O primeiro filho nascido no Brasil.”

Ao ser batizado na Igreja de Todos os Santos, em Manga Larga, recebeu um nome de batismo, como todos na época, e recebeu o nome de Paulo. Jogava tão bem beisebol que foi

técnico do time de beisebol de Manga Larga durante dez anos. Ganhou uma estatueta do Registro Base Ball Clube, em merecida homenagem.

Sr. Hakuichiro casou-se em 1944 com Alice Yassuko Ikegami, a primogênita do casal doador do terreno para a construção do templo. A cerimônia, realizada com mais dois casamentos teve três sábados seguidos de festa, um para cada casório. Sua esposa faleceu recentemente, há um ano. Sr. Hakuichiro Fukazawa, está com 90 anos de idade e muito saudável.

A Igreja de Todos os Santos de Manga Larga é considerada de acordo com Kawano (2008), a primeira edificação religiosa construída por imigrantes japoneses no Brasil.

FIGURA 17: ATUAL IGREJA DE MANGA LARGA



Fonte: Arquivo pessoal

2.6 REGISTRO BASE BALL CLUBE

Atualmente o Registro Base Ball Clube é o clube mais tradicional de Registro. A sua fundação, totalmente ligada a história da colonização japonesa, conta hoje com cerca de dois mil sócios. Sua sede social, tem capacidade para três mil pessoas, e a sede esportiva, localizada na Vila Budista, proporciona atividades como: beisebol, futebol, futebol de salão, voleibol, tênis de mesa, gatebol, natação, musculação, ginástica, badminton (tênis com peteca), xadrez e karaokê.

O R.B.B.C. participa ativamente dos eventos sociais e culturais do município, especialmente os ligados à cultura japonesa.

2.7 POSTO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA

O artesanato regional de Registro, está localizado no Posto de Informação Turística da cidade. O Posto tem ampla estrutura que além de posto de atendimento, tem ainda um amplo espaço onde funcionam as oficinas de artesanato.

FIGURA 18: POSTO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DE REGISTRO



Fonte:Arquivo pessoal

As oficinas são gratuitas, e constam curso de pintura de tecido, biscuit, pintura country e objetos de argila, como vasos e enfeites. Dos artesanatos utilizados com matéria-prima da região destacam-se a fibra de bananeira e o junco (cesto, bolsas, agendas) e também os móveis feitos de bambu.

A oficina faz parte do projeto Geração Viva, do departamento de bem estar social de Registro-SP, pertencente a prefeitura municipal. Todos os artesanatos são colocados na área de atendimento do P.I.T. A renda obtida com as vendas são revertidas para os artesãos.

2.8 ASSOCIAÇÃO CULTURAL NIPO-BRASILEIRA DE REGISTRO

A Associação Cultural Nipo-brasileira de Registro-SP, é hoje a principal instituição a incentivar e preservar a cultura e as tradições japonesa no município. Fundada no dia 21 de junho de 1994, devido ao longo processo que está ligada a história da imigração japonesa na região. Em 2003, ganhou nova sede, com uma estrutura notável, toda em estilo oriental.

FIGURA 19: ASSOCIAÇÃO CULTURAL NIPO-BRASILEIRA DE REGISTRO



Fonte:Arquivo pessoal

A associação, ou BUNKYO, possui vários departamentos que de acordo com informações obtidas através do Jornal Regional, funcionam ativamente. As senhoras que trabalham para contribuir na situação financeira, são as responsáveis pelo preparo da culinária japonesa, servidas nos eventos da associação.

De segunda a sábado pessoas se reúnem para a prática do radio taisso (ginástica), bem cedo, às seis da manhã, praticando alongamentos e se exercitando.

Um grupo de 60 jovens treina praticamente todos os dias no Bunkyo, responsáveis pelo departamento de wadaiko (tambores japoneses). São eles que se apresentam nas comemorações das festividades do município, e também em outras regiões do Estado de São Paulo.

O departamento de minyo, as músicas folclóricas japonesas, conta com cerca de 30 pessoas. O shunjukai (Associação dos Anciões) tem mais de 150 integrantes que se encontram semanalmente. Mais 20 integrantes treinam semanalmente as danças japonesas. A edição comemorativa do centenário da imigração, pertencente ao Jornal Regional, explicita as seguintes informações à respeito do Bunkyo:

“ O Bunkyo oferece cursos de ikebana, cerimônia do chá, promove bazar beneficente encaminhando seus resultados a seis entidades filantrópicas de Registro; mantém o Memorial da Imigração Japonesa Vale do Ribeira junto com a prefeitura no prédio do KKKK; mantém sistema de divulgação no Jornal Regional (Página Notícias da Colônia Japonesa), Jornal Nikkey e Nippak, além dos departamentos cultural e artístico que promovem exposição, sessões de cinema e shows relativos á cultura japonesa.

No ano passado, o Bunkyo de Registro colaborou integralmente no projeto “Viva Japão” promovido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo através de sua Diretoria Regional de ensino sediada em Registro. Também mantém estreito relacionamento com todos os poderes públicos – governo municipal, estadual e entidades privadas para realização dos seus eventos, cujo objetivo principal é a preservação da cultura e das tradições japonesas”.(Edição Comemorativa do Centenário, 2008, p.17)

2.9 PRAÇA NAKATSUGAWA

Em 1980 é assinado o convênio entre as cidades de Registro, e a cidade de Nakatsugawa, no Japão. O objetivo é manter relações de intercâmbio entre as duas cidades, o que é de fato realizado, em alguns períodos anuais, a cidade de Registro recebe habitantes de Nakatsugawa, e Nakatsugawa recebe visitas dos habitantes de Registro. Após o convênio firmado, as duas cidades proclamam-se oficialmente cidades-irmãs. Em homenagem à cidade de Nakatsugawa, foi construída a bela Praça Nakatsugawa em Registro, com características impregnadas do estilo oriental, possui inclusive marcas da presença do tradicional jardim japonês:

“ O respeito às condições originais do terreno faz do jardim japonês uma manifestação de culto à natureza. Os materiais básicos são sempre empregados em sua configuração natural. Os arranjos como pontes, árvores e rochas, criam o traçado de uma trilha por dentro da natureza. Existem jardins de pedra, onde são empregados somente rochas e cascalhos, e a paisagem é sugerida através de uma composição estilizada. Há também os jardins para percurso, com uma composição de plantas, rochas e água, dispostos em forma de trilhas. Em ambos os casos, o senso estético sinaliza para uma composição assimétrica, evitando assim a sensação planejada dos espaços. O equilíbrio entre luz e sombra, fragilidade e resistência, juventude e velhice, reafirma a unidade existente entre o homem e a Natureza, oferecendo recantos serenos, próprios para a contemplação”(Guia da Cultura Japonesa em São Paulo, 1989, p.108)

FIGURA 22: PRAÇA NAKATSUGAWA



Fonte:Arquivo pessoal

De acordo com informações obtidas o estudo do projeto “Viva Japão”, Registro é considerada oficialmente a terra do chá conforme Decreto número 50652 de 30 de março de 2006, e também o Marco da colonização japonesa no Estado de São Paulo.

2.10 CHÁ RIBEIRA

Hoje o proprietário da fábrica “Chá Ribeira” é Ricardo Okamoto, neto de Torazo Okamoto, o responsável por trazer do Sri-Lanka as 100 sementes pioneiras de chá preto indiano. Hoje dessas 100 sementes resultou em 60 plantas que podem ser vistas na Fazenda Chá Ribeira.

FIGURA 21: RICARDO OKAMOTO E A PLANTAÇÃO DAS 100 SEMENTES TRAZIDAS POR SEU AVÔ



Fonte: Projeto Viva Japão

A fábrica em 1921 estava no nome da pessoa física de Torazo Okamoto, em setembro de 1952 é fundada a Empresa Torazo Okamoto Ltda. Posteriormente em 1975 a fábrica denomina-se Torazo Okamoto S. A. Chá Ribeira, e desde 1994, Torazo Okamoto Ltda. Chá Ribeira.

O chá preto já foi uma das principais atividades econômicas de Registro. Ao longo do tempo uma série de fatores prejudicou o setor, como as variações do dólar, uma vez que 90% da produção da região é exportada. No entanto a do chá é importante economicamente, pois gera em torno de mil empregos diretos na lavoura e outros 280 nas indústrias que ainda funcionam no Vale do Ribeira. São 330 produtores que trabalharam em uma área de dois mil hectares.

Em termos de Brasil, a cultura do chá preto da Índia concentra-se até hoje em Registro. “O produto é utilizado na construção de ligas de grandes firmas como a Lipton/Pepsi-cola e a Nestlé/Coca-cola.” (Viva Japão, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 2008).

2.11 JUNCO

Hoje, no Vale do Ribeira, há cinco produtores de junco (fibra originária do Japão) que são produzidos objetos e utensílios derivados da fibra, como tatames (formação de piso das casas japonesas), esteiras, chinelos, entre muitos outros. Antigamente a produção de esteira utilizando o teor manual era equivaleria a produção de 10 esteiras por dia. Atualmente, com os teares mecânicos confecciona-se de 30 a 40 esteiras por dia.

Recentemente ocorreu em Registro grande exposição que reuniu os utensílios derivados da fibra, com fins de comercialização também. Com o apoio do Sebrae-SP e Centro São Paulo Design.

2.12 EVENTOS LIGADOS A COLÔNIA JAPONESA

Dos eventos municipais ligados à cultura brasileira, destaca-se a “Festa do Sushi” realizada pela Associação Cultural Nipo-Brasileira (Bunkyo) que tem como atrações, músicas variadas e comidas típicas japonesas como o sushi, sashimis de atum, salmão, robalo, tainha, manjuba.

O Evento já foi realizado no Ginásio de Esportes do Registro Base Ball Clube (R.B.B.C.)e também no local denominado Recinto Expovale. É realizado anualmente no mês de junho.

Em agosto ocorre o evento “Bon Odori”, um festival em homenagem aos falecidos. O Evento é realizado na Praça Beira-Rio pela Igreja Budista de Registro e a Associação Nipo-Brasileira de Registro. Dentre as atrações há a música típica japonesa, danças e comidas orientais. O intuito do festival de acordo com o “Viva Japão” é de tocar músicas alegres celebrando a vida em comunidade e continuidade da vida, sem olhar para trás. O período de finados no Japão vai de julho a Setembro, em Registro o Evento é realizado no mês de agosto.

FIGURA 22: FESTA BOM ODORI



Fonte: Projeto Viva Japão

Uma festa muito bonita é o realizado no dia de finados, em Registro. O culto ecumênico Tooru Nagashi (Tooru em japonês significa lanterna de papel e Nagashi, levar-se pelo vento), é em homenagem as vítimas falecidas no Rio Ribeira de Iguape. Pequenos barquinhos iluminados por velas coloridas são feitos artesanalmente e soltas no rio. O sentido de tal gesto, é que, ao soltarem os barquinhos os participantes da cerimônia pretendem iluminar o caminho dos espíritos, pedindo paz.

Originalmente surgiu no Japão pós-guerra e consistia em um ritual budista em homenagem as vítimas das bombas atômicas, lançada pelos Estados Unidos nas cidades de Hiroshima, em 6 de agosto de 1945 e em Nagasaki, no dia 9 de agosto de 1945.

Tooru em japonês significa lanterna de papel e Nagashi, levar-se pelo vento.

Atualmente a maior festa do Tooru Nagashi no Brasil é realizado em Registro. A cada ano, segundo estudo realizado pelo “Viva Japão” aumenta o número de turistas que chegam à cidade para assistir o evento.

FIGURA 23: TOORU NAGASHI



Fonte: Projeto Viva Japão

Além a cerimônia budista, a festa conta com bonita decoração japonesa, lutas de sumô, apresentação de danças e wakaido, não apenas do Bunkyo de Registro, mas também de grupos de São Paulo. A festa desse ano em decorrência do centenário gera a expectativa na cidade de que seja ainda mais bonita.

2.13 A PRESENÇA DA COLÔNIA NO COMÉRCIO

Em Registro, no início da colonização existiam algumas casas comerciais. Eram casas de secos e molhados, armarinhos, armazéns, e praticamente a maioria era de proprietários imigrantes japoneses.

Uma das casas comerciais, era a Casa Watanabe Secos e Molhados sendo os proprietários Tsuneo Watanabe e Conceição Watanabe. A casa existe até hoje, conservando praticamente as mesmas características do início da colonização. O balcão de madeira existe há mais de sessenta anos, e vendem, como nos antigos armazéns, produtos diversos, inclusive artesanato regional, obras de pintores da colônia e produtos derivados de matéria-prima da região.

A casa comercial pertencia a avó de Tsuneo Watanabe, que tem como nome de batismo Augustinho, e ele nasceu naquele local, como nas antigas lojas que eram constituídas de sobrado e o proprietário residia na parte superior. Ele não sabe precisar a data da existência da loja, mas de acordo com Dona Conceição, sua mãe lhe contava que a Casa Watanabe existe desde por volta de 1920. Localizado em ponto estratégico da cidade, no antigo centro, próximo ao Rio Ribeira de Iguape, e o antigo KKKK, o estabelecimento de início vendia inúmeros artigos como: arroz, feijão, mandioca, gêneros alimentícios em geral, tecidos, ferramentas, artigos de cozinha, armas para caça, vasos, entre outros. A maioria das mercadorias era vendida pelos agricultores e seguia de vapor pelo Rio Ribeira, até as fazendas. Seu agostinho recorda “ Naquela época, não havia bancos e o próprio comércio é que financiava os produtores. Eles pegavam o que precisavam e pagavam somente depois da colheita, com arroz, feijão, chá, mandioca, manjuba. Nossa, e como dava manjuba naquele tempo!”

A grande maioria da produção de manjuba era vendida na capital, São Paulo, na forma seca e salgada. Toda a mercadoria ia de vapor até Juquiá, de lá seguia para Santos de trem, e de Santos ainda seguia viagem para a capital.

MAPA 02: REDE FERROVIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: Nihon Imin Hachiju Nenshi

Mercadorias como tecidos e artigos de cozinha, segundo Augustinho, eram comprados de caixeiros viajantes, que chegavam a região, anotavam os pedidos dos comerciantes e traziam tudo depois, de trem ou a vapor. Se não fosse dessa forma, os comerciantes teriam que ir até Santos ou São Paulo realizar as compras. A profissão de caixeiro viajante era considerada importante na época, pois eles andavam só de terno e gravata, representando as firmas, como relembra Dona Conceição.

Os armazéns da época, como recorda Seu Agostinho, eram os armazéns Kakubo, Osawa, Oshika, Ideriba, Hiraoka, Aoki, Açougue Nakayama, o Hotel Registro, do Sr. Shichiro Maeji, e a pensão Komatsu.

Atualmente, a Casa Watanabe atende muito os turistas em busca de artesanato regional, e Dona Conceição e Sr. Augustinho atendem os fregueses e se revezam no balcão,

quando necessário. A loja, no período da colonização, chegou a ter 25 funcionários. Os filhos do casal já insistiram para que fechassem o comércio mas o casal nem cogita essa possibilidade. Sr. Augustinho completou 80 anos em agosto, e tanto ele quanto a esposa gostam do contato com os fregueses, de reencontrar os amigos: “Aqui a gente conhece todo o mundo, conversa com tanta gente. É sempre uma alegria!” resume Sr. Augustinho. A Casa Comercial, foi ainda pioneira na venda de muitos produtos, como relembra Dona Conceição: “Fomos os primeiros a vender artigos de pesca, vasos de barro, cartões de natal e bolas para enfeitar árvores de natal.”

Outra pessoa que influenciou o desenvolvimento do comércio na cidade é Sadao Tanaka, 81 anos. Seus pais chegaram ao Brasil nos primeiros grupos de imigrantes japoneses. Sr. Sadao começou a trabalhar no comércio muito cedo, aos 11 anos de idade, aos 19 anos era balconista da Casa Oshika. Três anos após casar montou em sociedade com o cunhado, o Bazar Registro (que existe até hoje), vendia confecções e calçados. Em 1965 decidiram desfazer a sociedade e Sr. Sadao ficou com a parte de calçados. Ele recorda que durante dez anos ele ia pessoalmente a São Paulo buscar as mercadorias, trazendo muitos calçados de uma só vez, sendo muito cansativo.

Os negócios foram se fortalecendo e o sonho de Sr. Sadao era construir um hotel em Registro. Por meio de um empréstimo bancário ele conseguiu realizar o sonho inaugurando o Lito Palace Hotel, em 1976, com 38 apartamentos. O proprietário recorda que pagar o empréstimo foi difícil, mas com o financiamento todo pago decidiu ampliar o ramo de calçados.

Hoje o Lito Palace conta com 81 apartamentos e toda a infra-estrutura necessária para atender bem os clientes, segundo a Revista Aciar (Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Registro), ano IX, nº113, junho/2008.

Além de Sr. Sadao contar hoje com três lojas no ramo de calçados. “Eu não tenho estudo, sempre digo que tudo que construí foi por sorte.” Apesar de o hotel e as lojas estarem no nome do filho, até hoje Sr. Sadao faz questão de escolher os calçados que serão vendidos na loja e relembra que quando começou era a única loja de sapatos na cidade: “Em noite de natal, cheguei a trabalhar até uma hora da madrugada, de tanto cliente que tinha”.

O empresário que não gostava de estudar, mas sempre teve espírito empreendedor, destaca que tudo o que ganhou, investe na cidade de Registro.

Outro pioneiro no ramo de hotelaria foi Shichiro Maeji. Ele chegou ao Brasil sozinho, com 17 anos, e ao que tudo indica trabalhou nas lavouras de café antes de seguir para Registro. Nascido em 1895 na província de Wakayama, no Japão, após um tempo no Brasil, ele foi convidado pela Companhia Ultramarina (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha), para administrar uma pensão da Companhia, localizado próximo ao porto do Rio Ribeira em Registro. Nessa época já estava casado, com Toyo Inoba, outra imigrante que ele conheceu na capital paulista. O casal teve oito filhos.

Mostrando talento e dedicação na pequena hospedagem, foi designado pela Companhia a administrar o Grande Hotel da Companhia Ultramarina. Sra. Hisae, filha de Shichiro conta: “Era um casarão enorme, onde também funcionava um clube e que sempre recebia autoridades importantes.” A filha de Shichiro Maeji guarda na memória a alegria do pai quando inaugurou o próprio hotel. Quando regressou ao Japão para visitar a família, já tinha a grande notícia para contar-lhes. O Hotel Registro não tinha a mesma imponência do Hotel da Companhia, mas recebeu muitas autoridades como os governadores Ademar de Barros e Lucas Garcez, e o presidente Washington Luiz.

Shichiro era reservado e tinha muita dificuldade para falar o português. No entanto, escrevia bem e tinha caligrafia bonita como recorda sua filha, Hisae, que segundo ela, fazia

todos os pedidos para o hotel por escrito em português, e tinha a caligrafia muito bonita. Já a sua mãe, falava bem português porém tinha dificuldade na escrita.

As mercadorias necessárias para o hotel, como bebidas e gêneros alimentícios, vinham da capital paulista por trem até Juquiá, e de lá eram encaminhados por barcos a vapor em Registro.

Shichiro é lembrado como um homem que gostava sempre de andar bem vestido, carinhoso com a família, que sempre trazia as novidades de São Paulo para as filhas, como vestidos e colares, em suas viagens a capital. Gostava de lutar sumô, tênis, pescar, cozinhar, cuidar da horta e do jardim, além de possuir um orquidário. Ele participava de exposições de orquidários em São Paulo, inclusive.

Sr. Shichiro Maeji faleceu em 1950, causando abalo na comunidade local. Os filhos mantiveram funcionando o hotel até 1975. Depois o filho, Yutaka, abriu o Régis Hotel, que funciona até hoje. O sobrado onde era o antigo Hotel Registro, existe até hoje, onde é atualmente o Centro Espírita Caminho da Verdade, no centro antigo de Registro.

CAPÍTULO III

3.1 CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA

O Brasil, nesse ano de 2008, está festejando o centenário da imigração japonesa. Cem anos passaram desde que os primeiros imigrantes chegaram ao Porto de Santos, pisando a primeira vez em terras brasileiras.

Desde os primórdios da imigração japonesa até a atualidade pode-se concluir que os mesmos foram figuras indispensáveis no processo de desenvolvimento dos locais onde residiram, e que são muitas as contribuições da comunidade nipônica no Brasil. Podemos citar como uma das mais importantes a agricultura brasileira, como na introdução de novas espécies (como ocorreu em Registro), e contribuição na agricultura intensiva. De acordo com a Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, a contribuição exemplifica o seguinte:

“ Fala-se que os brasileiros quase não se alimentavam de verduras e legumes na época da chegada do Kasato Maru. Entretanto, assiste-se hoje a uma abundância de legumes, hortaliças e frutas frescas nas feiras livres e supermercados. Até mesmo os brasileiros com poucos conhecimentos sobre a imigração sabem da contribuição e do papel desempenhado pelos imigrantes japoneses neste processo. Pode-se dizer que os imigrantes japoneses foram responsáveis por trazer mais de 30 espécies novas ao Brasil, e se levada em conta a difusão de espécies preexistentes e melhoradas pelos japoneses, jamais chegaríamos a um número real.

No início da imigração, os japoneses não se preocupavam em pesquisar o que os brasileiros gostavam, apenas foram produzindo o que achavam conveniente para eles mesmos. Embora a maior parte dos produtos agrícolas tenha chegado ao Brasil pelas mãos dos imigrantes japoneses, sua apreciação pelos brasileiros ocorreu por mera via de consequência, uma vez que, já que produziam para sua própria alimentação, os japoneses acabaram por introduzir esses alimentos também na casa dos brasileiros pela exposição dos produtos. [...] Quanto a agricultura intensiva, o sistema era desconhecido no Brasil, onde a agricultura era praticada em locais extensos e a cultura não se fazia com esmero cuidado. Por outro lado, para os japoneses que aqui chegaram, a prática da agricultura intensiva em espaços limitados era tradicional e absolutamente normal. Dedicar-se aos hortifrutigranjeiros nos cinturões verdes e das grandes cidades era uma prática que lhes era familiar, e não houve nenhuma resistência neste resultado.

Consequentemente, o resultado foi o aprimoramento qualitativo, privilegiando também os consumidores, que passaram a preferir os produtos de boa qualidade. Visto pelos olhos de hoje, pode parecer que estamos falando o óbvio, mas não pode olvidar que se levou muito tempo para se chegar a este estágio.” (Breve história da imigração japonesa, AACJIB)

Pode-se afirmar que há um elevado grau de simpatia conquistada pelos imigrantes na sociedade brasileira. No ano em que se completa os cem anos de imigração japonesa, foi de imediato a adesão de entidades privadas e públicas na comemoração desta data. Além dos lojistas, feirantes, institutos de arte, educação e a comunidade como um todo. O executivo Seiji Ishikawa talvez tenha a explicação:

“ Japonês tem imagem de honesto e isso graças à tradição dos meus pais, que vieram do Japão, e outros como ele. Honesto, caprichoso, faz as coisas certas, obedece às leis – a gente fica feliz com essa imagem. Pode ser que haja algum racismo no Brasil, mas é muito leve...”

De fato, os japoneses e seus descendentes no Brasil residem em um país caracterizado por diversidade étnica e um povo familiarizado com diferenças. Os japoneses se estabeleceram após o estado de São Paulo, em locais como norte do Paraná, Amazônia, Belém do Pará, entre outros.

Cidades que receberam os primeiros imigrantes no estado de São Paulo, como Santos, São Paulo e Registro iniciaram seus festejos com grande pompa. Santos, considerada a porta de entrada para as famílias de imigrantes, recebeu nesse ano um monumento da artista plástica Tomie Ohtake no parque público na área do Emissário Submarino José Menino.

A Associação para comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em setembro de 2003, tendo em vista o planejamento das comemorações do Centenário em 2008. Partiu da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa de São Paulo (Bunkyo), Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo, Federação das Associações de Províncias do Japão, Câmara do Comércio, Indústria do Japão no Brasil e Aliança Cultural Brasil – Japão. Conta com diversos associados (associações no país ligadas a cultura japonesa), tem co-patrocínio do Banco Real, e seu mascote foram criados pelo desenhista Mauricio de Souza.

3.2 A SOCIEDADE NIKKEI AO LONGO DE CEM ANOS

Os imigrantes que chegaram ao Brasil, os isseis, deixaram sua terra natal e chegaram ao Brasil cheio de esperanças, sonhando em retornar à pátria com significativa economia. A maior parte presenciou a hostilidade em um país que estava combatendo contra o Japão na Segunda Guerra Mundial.

Trabalharam nas lavouras de café ou chegaram para permanecer em terras arrendadas, labutaram muito, e marcaram a história do Brasil com a sua trajetória. No entanto, de acordo com a Revista Veja, apenas 10% dos quase 190.000 japoneses que sonhavam retornar a pátria, retornaram ao Japão antes da guerra.

A segunda geração, os nisseis, filhos de imigrantes japoneses, são divididos em grupos. Uma parte foi hostilizada na época da Segunda Guerra Mundial e assistiu a violência da Shindo Renmei. Outro grupo por serem muito jovens foram poupados da maior parte dos sofrimentos.

Após a Segunda Guerra e visto que não havia condições de retornarem ao Japão, a prioridade, como sempre foi na cultura japonesa, é a educação, e é aí que há um novo cenário na terceira geração de japoneses. A migração do campo para a cidade.

A terceira geração, os sanseis, nasceram a maioria em área urbana. Ingressavam em cursos técnicos como contabilidade, já que lidar com a língua portuguesa era mais difícil que lidar com números, e segundo a Revista Veja, os cursos de nível universitário que mais ingressavam eram os de engenharia, medicina e direito, que proporcionavam maior prestígio. A mesma revista, aponta que em 1958, os descendentes representavam 21% dos brasileiros com formação acima da secundária. Em 1977, eles que eram 2,5% da população de São Paulo somaram 13% aprovados na Universidade São Paulo (USP), 16% dos que eram aprovados na

USP e 12% dos aprovados na Fundação Getúlio Vargas.(Revista Veja, editora Abril, edição 2038).

Os Yonseis, bisnetos de japoneses, experimentaram a crise econômica dos anos de 1980, o ruim governo do presidente Fernando Collor, e a situação de demanda de mão-de-obra no Japão. São eles que atualmente vão ao Japão no atual movimento “dekassegui”, descendentes de imigrantes japoneses que deslocam-se para o Japão para trabalhar para obter renda melhor que se estivessem no Brasil, como coincidentemente, o mesmo motivo que trouxe os primeiros imigrantes ao Brasil: permanecer período temporário no país, poupar dinheiro e retornar, só que dessa vez para o Brasil.

Ao longo dos 95 anos de imigração japonesa no Vale do Ribeira, mudanças também ocorreram na colônia local. Passou a haver mais casamentos com não descendentes, e atualmente a miscigenação é bem forte. Dados Estatísticos da “Comissão Organizadora de Festa do 50º aniversário da colonização japonesa no Vale do Ribeira de Iguape” elaborou uma pesquisa de estatística do município e em maio de 1963, assim constava:

“Calcula-se que o número dos japoneses e suas gerações residentes no município [...] japonês 739, nissei (2ª) 1.118, sanssei (3ª) 804, yonseis (4ª) 4, total 2.275 .Comércio e Indústria 184 famílias, lavoura 257 famílias, Total 441 famílias. Brasileiros naturalizados:29.”

Em razão da comemoração dos festejos dos 80 anos da imigração japonesa em Registro, presidida pelo Dr. Hideo Nassuno.

Em 2003, com a “Comissão Organizadora dos Festejos dos 90 anos de Imigração Japonesa em Registro” presidida por Toshiaki Yamamura, informou sobre a pesquisa realizada:

“Atualmente, há 1.161 famílias japonesas em Registro, 91% moram na cidade e 9% vivem na zona rural. Comparando-se com os dados de 10 anos atrás, percebe-se que houve apenas o aumento de 44 famílias. Conforme o I.B.G.E. – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – a população de Registro era de 54.762 habitantes em 01/07/2002 e de 39.122 em 1980, portanto aumentou 40% em 22 anos. Baseados nestes dados[...]fizemos previsão de cerca de 1.300 famílias japonesas em Registro, mas registramos um número bem inferior e descobrimos o

motivo. É que tivemos casos em que famílias inteiras mudaram-se: algumas para o Japão; outras para outras localidades.”

Com relação a população que reside em Registro foi computado o seguinte, em números: nissei 1.066 (28,9%); mestiços 1.115(27,5%); sanssei 737 (20%); não descendentes 503 (13,6%); yonssei 146 (4,1%) e Issei, os imigrantes, 218 (5,9%). Na época não houve registro de nenhum gossei (quinta geração).

O Censo demográfico da comunidade nikkei da região sudoeste e do Vale do Ribeira ainda está sendo finalizado, como informou o Jornal Regional, que está sendo realizado devido a comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. Em Registro, o responsável pelo censo, Kuniei Kaneko revela que sobre os dados de Registro, publicadas no Jornal Regional.

“Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total de Registro é de 53.752 habitantes. Portanto o número de famílias nikkeis representa 5,9% sobre o total. A composição mais detalhada mostra que há 223 isseis (1ª geração), 948 nisseis (2ª geração), 759 sanseis(3ª geração), 152 yonseis (4ª geração), e um gossei (5ª geração), além de 714 mestiços e 391 não descendentes de japoneses. Na divisão por sexo, há 1.681 mulheres e 1.507 homens. A comunidade Nikkei está concentrada na área urbana do município, com 2.971 pessoas (93,2%) e apenas 217 moradores (6,8%)na zona rural.”

3.3 COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO

A Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil (ACCIJB), é uma entidade sem fins lucrativos, criado desde 2003, tendo em vista a comemoração do centenário em 2008. Partiu da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa de São Paulo (Bunkyo), Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo, Federação das Associações de Províncias do Japão, Câmara do Comércio, Indústria do Japão no Brasil e Aliança Cultural Brasil-Japão. Conta com o patrocínio do Banco Real e teve seus mascotes criados por Mauricio de Souza.

Em São Paulo houve a Comemoração da Semana Cultural Brasil-Japão, durante 10 dias no Complexo Anhembi, com público de 200 000 pessoas. Shows, workshops com os chefs da culinária japonesa, arte pop e palestras foram uns dos destaques do evento.

A solenidade oficial de São Paulo, considerada o local onde há mais japoneses fora do Japão, no mundo, teve a solenidade oficial no dia 21 de junho. O evento teve a presença do príncipe herdeiro do Japão, Naruhito e reuniu cerca de 50.000 pessoas no sambódromo do Anhembi. Mais de 19.000 pessoas trabalharam voluntariamente na organização do evento. O evento foi dividido em três partes. A primeira, continha diversos shows de música, dança, artes marciais e ginástica rítmica japonesa. A segunda parte foi o momento mais esperado pelas 25.000 pessoas que lotavam o sambódromo, a chegada do príncipe herdeiro do Japão. O príncipe após o discurso, assistiu ao desfile da banda da Marinha Japonesa e da Polícia Militar de São Paulo, seguido pela Cavalaria. Houve também o acendimento da tocha da pira da amizade. Além da participação do Coral de vozes e apresentação de taikô. A terceira parte consistiu em desfile carnavalesco, que contou a história da imigração no Brasil. A última parte foi marcada vídeos e animações.

Um show de fogos de artifício encerrou um dos principais eventos da Imigração Japonesa no Brasil.

Embora os festejos do Centenário da Imigração tenham ocorrido dia 18 de junho no Brasil, o dia da chegada dos primeiros imigrantes, em Registro os festejos oficiais começaram no mês de setembro.

A Comissão Municipal do Centenário, Associação Cultural Nipo-Brasileira de Registro (Bunkyo) e Registro Base Ball Clube (R.B.B.C) promoveram a II Semana da Cultura japonesa dos dias 1 a 5 de setembro no Centro Cultural KKKK. Exposição de pintura de telas, esculturas, ikebanas, desenhos e origamis realizados por alunos das escolas do município estiveram expostos. Oficinas como de origami, culinária japonesa, ikebanas (arranjo floral), kenko taissô (ginástica musical) e wadaiko (tambor japonês) também constaram na semana de cultura.

Do dia 4 a 6 de setembro, a Comissão Municipal do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, programou a circulação da “Tocha da Amizade” por 34 escolas estaduais, municipais e particulares, representantes de entidades sociais e povo em geral. A trajetória da tocha esteve programada em folders distribuídos para a população. A tocha foi acesa colocada em um dispositivo eletrônico, acesa pela luz do sol. Chegou em Registro no dia 3 de setembro, à noite, pelas mãos de Yoshio Imaizumi.

De acordo com informações obtidas no Jornal Regiona, a “Tocha da Amizade” simboliza os imigrantes japoneses, foi acesa no Porto de Kobe no dia 28 de abril de 2008, às 9:30, exatamente a mesma hora que o Kasato Maru partiu daquele porto há cem anos. O trajeto da tocha se encerrou em Registro, no dia da inauguração do Obelisco (símbolo do centenário).

A Rotatória localizada no início da Rodovia SP-139, foi o local escolhido para ser inaugurado o “Obelisco da Integração”, símbolo do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, no dia 6 de setembro às 16:40 hs. O início da festividade aconteceu com a chegada da “Tocha da Amizade” sendo acesa pelo Sr. Massakazu Matsumura. Cerca de 1.000 alunos cantaram os hinos nacional do Brasil e do Japão.

O Obelisco tem 100 metros de altura e pesa aproximadamente 30 toneladas. O monumento, segurado por duas mãos, uma brasileira e uma japonesa, simboliza a amizade e integração Brasil-Japão.

FIGURA 24: INAUGURAÇÃO DO OBELISCO DA INTEGRAÇÃO EM REGISTRO



Fonte: Arquivo pessoal

A Comissão Regional Sudoeste e Vale do Ribeira do Centenário, se encarregou de realizar outros festivais.

A inauguração teve a presença do embaixador do Japão no Brasil, Ken Shimanouchi. A cidade de Registro foi escolhida para instalar o Obelisco no ano do Centenário, com aprovação de 31 municípios que compõem a Região Sudeste e Vale do Ribeira, por se tratar do Marco da Colonização Japonesa no Brasil.

O desfile cívico da cidade, na manhã de 7 de setembro, teve como tema a imigração japonesa em Registro. Predominaram o colorido dos quimonos, lanternas e sobrinhas. Alunos de escolas municipais, estaduais e particulares desfilaram na avenida Jonas Banks Leite, que representaram lendas orientais, crianças transformadas em cerejeiras do Japão, famílias da região foram homenageadas, assim como o trabalho dos primeiros imigrantes. O desfile contou com a participação de diversas entidades, como Sabesp, Igrejas, e muitos outros.

3.4 A CRIAÇÃO DO BICHO-DA-SEDA EM REGISTRO

Uma das pessoas mais homenageadas nos festejos do Centenário da Imigração Japonesa, foi o registrense Massakazu Matsumura. Ele foi homenageado em São Paulo pela Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, recebendo o “Diploma de Honra ao Mérito Kasato Maru.” O certificado foi entregue às pessoas físicas e jurídicas que prestaram serviço relevante a causa da Imigração Japonesa e comunidade Nipo-Brasileira. O Evento foi no Grande Auditório da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e Assistência Social de São Paulo.

Em Registro, a trajetória final da “Tocha da Amizade” foi encerrada sendo acesa a pira, no local seria inaugurado o obelisco sequencialmente, e a pessoa encarregada para acender a pira: Massazaku Matsumura.

O que faz de Sr. Massakazu Matsumura importante à sociedade nikkei (imigrantes japoneses e seus descendentes) e ao Brasil é sua herança histórica. Massakazu, é filho da mulher pioneira no estado de São Paulo, na criação do bicho-da-seda: Mitsuru Matsumura. Ela passou a criar o bicho-da-seda em 1928. Outra contribuição para o Brasil, trazida pelos imigrantes japoneses.

“Ninguém soube explicar, para que serviam aqueles apetrechos estranhos, e por isso foram confiscados. Essa história foi registrada na chegada dos primeiros imigrantes ao Brasil, em 1908. Eram materiais usados para criação do bicho-da-seda.

A história da sericultura entre os imigrantes japoneses é muito especial. Depois daquela tentativa frustrada do passageiro do Kasato Maru, em 1912, Ikutaro Aoyagui, fundador da colônia de Iguape, que garantiu o fornecimento de pés de amoreiras (o alimento do bicho-da-seda).”

Os ovos vinham da Itália e do Japão, e o trabalho não era dos mais fáceis. O bichinho é milimétrico, alimentados com folhas de amoreiras, cresciam até 3 centímetros, e na forma de casulos passavam a operar o fio da seda. A mãe de Massakazu, sabia colher as folhas certas, o broto novinho da plantação de amora. Conforme iam se alimentando, iam crescendo. O estágio durava trinta dias. Até que o bichinho ficava amarelo por causa do fio que havia nele e não se alimentava mais. Com mais dez dias já estavam prontos para seguir para a máquina de fiar. A dificuldade na criação do bicho-da-seda consistia no fato de os casulos serem enviados até Campinas, único local onde havia fiação, o que era muito demorado, pois ia de vapor até Juquiá, que seguia de trem até Santos. Em Santos baldeava e ia para Campinas. E quando chegava a Campinas as vezes o bicho-da-seda já havia roído o casulo. Quando isso acontecia, o casulo não servia mais para a fiação. Algumas pessoas perdiam a produção inteira.

Sr. Matsumura conta que seus pais chegaram à Registro, no ano de 1917, residindo no bairro chamado “Campo da Experiência”. Seu pai, Eiji Matsumura, era estimulado pelo governo do país a imigração, devido ao aumento da densidade populacional, em um país de território pequeno. Nesse mesmo ano chegaram 31 famílias no Vale do Ribeira, permanecendo hoje apenas seis.

Os pais de Massakazu Matsumura, passaram a lidar com a agricultura, e experimentaram o cultivo de várias culturas: arroz, café, chá e a criação do bicho-da-seda. Era ele quem ajudava sua mãe a alimentar os bichinhos. Desde os 13 anos ia colher as folhas de amoreira para alimentá-los.

Sua educação foi influenciada por duas culturas: de manhã estudava na escola, atualmente chamada “Koki Kitajima” e à tarde, na escola da colônia. Está hoje com 86 anos, e uma memória muito boa. Lembra até hoje do nome de todos seus professores do curso primário, da escola brasileira: “Havia inclusive, um professor que gostava muito de mim, e queria me levar para estudar em São Paulo. Mas naquela época, não havia condições de meus pais me manterem fora.”

A adaptação da família foi fácil, a alimentação na sua casa passou a ter influências da comida brasileira, mas a culinária japonesa permanecia forte. Na chegada da sua família, em agosto de 1917, Mitsuru Matsumura logo tratou de plantar verduras e legumes, e Sr. Massakazu ressalta que em dezembro do mesmo ano, quando chegaram amigos do Japão, que foram a Registro somente para visitá-los (não eram imigrantes) já havia muitas verduras e legumes. Embora a adaptação tenha sido fácil, Mitsuru nunca deixou de se corresponder com a irmã, inclusive Massakazu enviava cartas à tia, relatando que a mãe sentia muitas saudades.

Seu pai, Eiji Matsumura, era um homem que gostava muito de ler e escrever, inclusive no Japão havia trabalhado como jornalista. Após o falecimento de seu pai, em 1988, a família de Massakazu Matsumura encontrou um livro na estante, e foram verificar o que era. Abriam o livro e uma grande surpresa. Um diário, muito antigo e bem conservado, em que Eiji Matsumura relatava o dia-a-dia da colônia de Registro. Uma cópia, foi levado ao Japão por seus parentes à cidade de onde seus pais vieram, e pesquisando encontraram um primo de terceiro grau que leu o diário e reconheceu o nome das pessoas escritas ali.

Ao que parece não são poucas as contribuições da colonização japonesa na família de Massakazu Matsumura.

Outro importante registro histórico da colonização de Registro, é o diário de Eiro Hirota. De acordo com informações da Edição do centenário (Jornal Regional), Eiro registrou em seu diário fatos importantes e pitorescos da história da colônia.

Nascido em Osaka, no Japão, chegou ao Brasil sozinho, aos 17 anos de idade. Fixou-se em Mogi das Cruzes, e um ano depois foi para Registro. Trabalhou como copeiro, até ser contratado pela KKKK. Seis anos depois casou-se com Maria José Ribeiro, sendo um dos primeiros imigrantes a assumir relacionamento oficial com uma brasileira. No final de 1937, Hirota foi promovido na KKKK e só deixou o emprego na quando a empresa entrou em regime de liquidação. Como funcionário ele teve preferência quando o prédio da KKKK foi a leilão.

Trechos do seu diário, escrito em japonês, consta registros de 1917, em que chegam a região diretamente do Japão 19 famílias de colonos japoneses, dentre eles famílias que residem hoje em Registro, como a de Massazaku Matsumura. Além de muitos outros registros relevantes para a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao ter conhecimento sobre o patrimônio histórico-cultural de Registro, relacionado à imigração japonesa no município, percebe-se que a cidade possui potencial para desenvolver o turismo cultural, ou o turismo-étnico-cultural, como classifica Beni (2001). Apesar de muitos fatores como a influência de outras culturas, a presença da cultura japonesa é forte no município, visto que seus eventos municipais e seus atrativos culturais estão ligados à colonização na região, bem como os esforços da Associação Nipo-Brasileira de Registro em preservar as tradições da cultura.

Os recursos étnico-culturais podem ser utilizados para contribuir para o processo de desenvolvimento turístico no município.

Para desenvolver o turismo na cidade de Registro, é necessário que a cidade conheça o seu patrimônio e goste do que a cidade possui. Importante também é a cidade se engajar em um processo de planejamento turístico, dentro dos pressupostos da sustentabilidade, que em uma de suas atribuições consiste ser realizada em conjunto com a comunidade local. De acordo com Morales (2001), o turismo nunca será bom para o turista se não o for antes para a comunidade. Entretanto, é comum a própria comunidade de início, não compreender a importância do planejamento, como cita Morales, que dentre as resistências do planejamento:

“ Outra barreira é a falta de recursos financeiros que é alegada num primeiro momento, como impeditiva do planejamento. Nesta fase, é comum ouvir-se: “Vou planejar para quê? Primeiro deve-se ter o dinheiro para depois planejar!”

Pois é justamente o contrário: quanto menos recursos financeiros, materiais e humanos, tem-se à disposição, mais necessário se torna saber como aplicá-los e direcioná-los.” (MORALES, 2001, p. 129).”

Instrumentos indispensáveis ao processo de planejamento turístico é a elaboração do Inventário Turístico, que consiste em fazer um levantamento acerca de tudo que a cidade possui, dentre eles pode-se citar os recursos culturais, naturais e os equipamentos turísticos. Com a elaboração do Inventário Turístico finalizado, a cidade já tem subsídios para elaborar

seu Planejamento Turístico, dentre eles desenvolver seu Plano Diretor Turístico, juntamente com a comunidade local, para que essa não fique de fora das conduções estabelecidas pelo mesmo, pois é a comunidade que será a principal afetada pelo movimento turístico, seja por seus benefícios ou impactos negativos.

O que foi observado na pesquisa, em conversa com o Diretor de Departamento de Indústria, Comércio e Turismo, da prefeitura municipal de Registro-SP, na data de 08 de setembro de 2008, o engenheiro Ricardo Ozaki relata que houve a tentativa de divulgar um Roteiro da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira. O Roteiro abrange sete municípios do Vale do Ribeira: Registro, Juquiá, Miracatu, Iguape, Sete Barras, Pedro de Toledo e Itariri. Foi elaborado pelo ex-chefe de gabinete da prefeitura, Manoel Chikaoka, que durante muitos anos foi proprietário de uma agência de viagens na cidade. Para o Roteiro foi realizado um significativo levantamento dos locais onde estão mais presentes a marca da colonização na região, entretanto o Roteiro não está sendo trabalhado pois como salientou Ricardo Ozaki, a dificuldade consiste no fato de haver muitas mudanças de cargos públicos dentro da prefeitura, e muitas vezes um projeto iniciado por alguém dentro da prefeitura não é levado adiante pelo seu sucessor. Outra entrave, como salientou outra funcionária do departamento, Dona Vera, é que não há um profissional que tenha conhecimentos específicos na área de turismo, trabalhando na prefeitura, e conseqüentemente o turismo não é tão trabalhado. O mesmo problema foi detectado por Carvalho e Barella (2004), há alguns anos atrás, que em razão de uma pesquisa na região do Vale do Ribeira, para estudar a estrutura turística envolvida na pesca da região, pesquisaram equipamentos e serviços turísticos em várias cidades do Vale do Ribeira, inclusive em Registro e constataram como problema:

“Um fato importante a ser relatado é que durante as visitas às prefeituras foi verificada a deficiência dos responsáveis pelo planejamento da atividade turística, que além de não possuírem formação técnica relacionada à área de turismo, acumulavam funções de outros departamentos ou secretarias, como Esportes ou Cultura. Isso reflete um problema que não é exclusivamente da região, mas de quase todo o Brasil, e não só na esfera municipal, mas também nas esferas estadual e Federal.” (CARVALHO; BARELLA, 2004, p.194)

Outra informação coletada no Departamento de Turismo, é que não existe Inventário, nem Plano Diretor Turístico. Entretanto, a cidade possui um bem estruturado Posto de Informação Turística, que conta com oficinas de artesanato mantido por projetos da prefeitura, bem como existem materiais publicitários sobre os atrativos culturais e naturais da região.

O rico legado cultural da imigração japonesa presente no município de Registro, os Eventos e o patrimônio histórico-cultural como um todo, agregado aos novos monumentos e esculturas que a cidade recebeu em decorrência do centenário da imigração no Brasil, podem ser transformados em qualificado produto turístico, uma vez que o município esteja consciente da importância de desenvolver a atividade turística, dentro de um minucioso planejamento, para que o patrimônio que a cidade possui possa ser usufruído também pelas gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.) **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 1999.
- BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- _____. **Manual de iniciação ao Estudo do Turismo**, Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BATISTA, C. M. **Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural**. Caderno virtual de turismo vol. 5 n°3, 2005.
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do turismo**. 5° ed. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2001.
- BOCKOR, Scheila Karina: **Patrimônio Cultural Étnico de Canoinhas: possibilidades de utilização turística**. 2004, 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2004.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo – Marcos conceituais**. Brasília, 2006.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.
- HANDA, Toomo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.
- KAWANO, Carmem: **Seikokai: A história da Primeira Construção Religiosa dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Casa Editorial Maluhy & Co, 2008.
- LAGE; MILONE, **Turismo: teoria e prática**, 1998, ed. Atlas, SP.
- MIDORIKAWA, Jorge. **As colônias japonezas na zona do Ribeira de Iguape**, 1928. Publicações de O Estado de São Paulo.
- MOLLETA, Vânia Florentino: **Turismo Cultural**. Porto alegre: SEBRAE/RS, 1998.

MORALES, Aracelis Góes. **Desenvolvimento do Plano Diretor Turístico do município de Tupã**. 2001, 138 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2001.

OLIVEIRA, Anelise Martins. **Ensaio teórico**: o significado da cultura para o turismo com base local: caderno virtual de turismo, v.6, n°4, 2006.

PIRES, Mário Jorge. **Lazer e Turismo Cultural**. Barueri-SP: Manole, 2001.

RUCHSMAN, Dóris Van de Menne. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas-SP, Papirus, 1997.